

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS**

**Aline de Matos Tavares**

**Promessas de redenção:  
as águas do Vale do Jequitinhonha frente às políticas de descarbonização**

Belo Horizonte  
2025

Aline de Matos Tavares

**Promessas de redenção:  
as águas do Vale do Jequitinhonha frente às políticas de descarbonização**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas-FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientador: Professor Klemens Laschefski

Belo Horizonte

2025



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que mesmo incerta do percurso que tenho escolhido trilhar, e assumo que a cada dia o reinvento, está presente ao meu lado nesta caminhada. Em especial à Edna, minha mãe, que se entrega diária e inesgotavelmente à nossa família, ao seu trabalho e é a minha maior referência de amor e dedicação. Ao meu pai, Petronilio, que sempre me encorajou a traçar meu próprio caminho e acreditar em mim mesma. À minha irmã, minha primeira e eterna grande amiga, que me ensina todos os dias a pensar diferentes possibilidades e construir pontes. Ao meu avô Quitão que me mostrou como “a natureza dá tudo que a gente precisa”. Às minhas avós, Maria e Tiana, por serem a raiz de tudo e serem exemplo de tanta força.

Ao Luciano, meu padrinho, que me incentiva constantemente a sonhar alto e me encantar com tantos lugares, fazendo a vida ter sempre muita graça. À Lucas Caires, meu melhor amor e amigo, pela parceria e apoio em tudo o que faço. Por despertar em mim, os melhores sentimentos possíveis. Aos meus amigos de longa data, por estarem comigo em tantas das minhas fases e serem um porto seguro. Especialmente, à Maria Fernanda Maia, Sarah Nery, Letícia Guimarães, João Francisco Teixeira, Tiago Raposo e ao Lucas Albergaria. À Nathália Segato, que entrou em minha vida nessa trajetória da graduação, mas que sinto ter chegado há muito mais tempo. Às amigadas que fiz mundo afora, que me fizeram acreditar ainda mais na humanidade, especialmente à Mathilde, Manu, Naomi, Ana, Natália e Loïc.

Agradeço e dedico este trabalho à Maria das Dores Pimentel Nogueira, querida Marizinha, coordenadora do Programa Polo Jequitinhonha da UFMG, na esfera da Pró-Reitoria de Cultura da UFMG, que me formou como uma extensionista e me apresentou as tantas belezas do Jequitinhonha. Vinculado ao Polo, também agradeço a toda equipe do Projeto Rio Lilás, que fizeram minha experiência acadêmica ganhar outro sentido, de encantamento. Este projeto foi viabilizado pelas Emendas Parlamentares do Orçamento Geral da União de 2021 e 2022 da Deputada Áurea Carolina de Freitas (PSol - MG), a quem também sou grata.

Agradeço a equipe do projeto *Indigenous, Quilombolas and Traditional Communities and the construction of the Lithium Valley* (LIQUIT), do qual passei a ser bolsista no último semestre por meio do financiamento da London South Bank University, e aos tantos pesquisadores envolvidos, pelos quais tenho muita admiração. Em especial, ao professor Klemens Laschefski, orientador deste trabalho, pelas oportunidades e ensinamentos ao longo da minha trajetória.

Aos servidores e corpo docente da UFMG, comprometidos com a extensão, que viabilizam a construção de um conhecimento transformador, para além das fronteiras acadêmicas. Por fim, agradeço a cada pessoa do Jequitinhonha envolvida nesse processo, cujas histórias me inspiraram.

## RESUMO

Este trabalho discute os impactos cumulativos dos megaprojetos sobre as águas do Vale do Jequitinhonha, considerando o contexto da aparente nova proposta de desenvolvimento, que incorpora o discurso da sustentabilidade, especialmente vinculado às políticas de descarbonização. A região atualmente sedia um extenso complexo siderúrgico-energético-minerário, resultado de uma política verticalizada que construiu uma suposta legitimidade a partir do processo de estigmatização do território como miserável — um movimento que tem sido contestado por frentes de expressão cultural local. O complexo, formado principalmente por monoculturas de eucalipto, usinas hidrelétricas e ciclos de mineração, desestruturou modos de vida e continua a gerar diversos conflitos. Ainda assim, esses empreendimentos vêm sendo revalidados como fundamentais para um futuro sustentável. São apresentados, respectivamente, como sumidouros de carbono, polos de produção de hidrogênio e de lítio “verde”. Entretanto, a situação hídrica da região evidencia a reprodução das dinâmicas do antigo projeto de desenvolvimento, sendo esta apenas uma nova roupagem, que tende a agravar a conjuntura atual. O setor da mineração de lítio destaca-se como pioneiro na divulgação dessa narrativa “verde”. Nesse sentido, são analisados os programas e iniciativas relacionados à água, realizados por empresas centrais nessa temática. Com base em dados primários, entrevistas e observações de campo, conclui-se que, independentemente do modelo de desenvolvimento adotado — industrial ou verde —, a presença de megaprojetos tem imposto prejuízos recorrentes e cumulativos à região. A crise hídrica tem se aprofundado e o Jequitinhonha encontra-se em um cenário de Espiral de Vulnerabilidade Hídrica.

**Palavras chave:** desenvolvimento, descarbonização, transição energética, água, recursos hídricos, vulnerabilidade hídrica, Vale do Jequitinhonha.

## ABSTRACT

This work discusses the cumulative impacts of megaprojects on the waters of the Jequitinhonha Valley, considering the context of apparently new development proposal, which incorporates the discourse of sustainability, especially linked to decarbonization policies. The region currently hosts an extensive steel-energy-mining complex, which stems from a verticalized policy that has constructed a supposed legitimacy by portraying the territory as miserable — a narrative that, however, has been increasingly contested by local cultural expression movements. The complex, formed mainly by eucalyptus monocultures, hydroelectric plants, and mining cycles, has disrupted traditional lifestyles and continues to give rise to numerous conflicts. Still, these ventures have been revalidated as fundamental for a sustainable future. They are presented, respectively, as carbon sinks, hydrogen and "green" lithium production poles. However, the water situation of the region shows the reproduction of the dynamics of the old development project, being this only a new guise, which tends to aggravate the current situation. The lithium mining sector stands out as a pioneer in the dissemination of this "green" narrative. In this sense, the programs and initiatives related to water, carried out by central companies to this theme, are analysed. Based on primary data, interviews, and field observations, the study concludes that, irrespective of the development model implemented - industrial or green - the presence of megaprojects has imposed recurring and cumulative losses on the region. The water crisis has deepened and Jequitinhonha is in a "Spiral of Water Vulnerability" scenario.

**Keywords:** development, energy transition, water resources, water vulnerability, Jequitinhonha Valley.

## Lista de abreviaturas e Siglas

AID - Área de Influência Direta

AII - Área de Influência Indireta

AMEJE - Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha

AMPB - Associação das Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte

APP - Área de Preservação Ambiental

CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica

CLPI- Consulta Livre, Prévia e Informada

CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental

COPASA/COPANOR - Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A

COQUIVALE - Comissão das comunidades quilombolas do Vale Jequitinhonha

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DGR - Diretoria de Gestão Regional

ESG - *Environmental, Social, and Governance*

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

FECAJE - Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha

FJP - Fundação João Pinheiro

FSC - *Forest Stewardship Council*

GEE - Gases de efeito estufa

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade federal de Minas Gerais

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

LIQUIT - *Indigenous, Quilombolas and Traditional Communities and the construction of the Lithium Valley*

LSBU - London South Bank University

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MMAB - Movimento de Mulheres Atingidas por Barragens

MPMG - Ministério Público de Minas Geral

MPF - Ministério Público Federal

NIISA - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PIB - Produto Interno Bruto

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UHE - Usina Hidrelétrica

## **Lista de ilustrações**

Figura 1: Mesorregiões do Vale do Jequitinhonha – Alto, Médio e Baixo

Figura 2: Representação esquemática dos componentes do balanço hídrico do solo em plantações de *Eucalyptus grandis* com idade de 5 anos e de parcela adjacente contendo vegetação de Cerrado

Figura 3: Marisqueira realizando a coleta de pescado

Figura 4: Bordado da Bacia do Rio Jequitinhonha realizado na esfera do Projeto Rio Lilás

Figura 5: Localidades citadas com maior frequência nas entrevistadas

Figura 6: Piauí Poço Dantas, Araçuaí - MG

Figura 7: Caixa d'água do Programa Água para Todos

Figura 8: Placa de sinalização em avenida no município de Araçuaí

Figura 9: Espiral de Vulnerabilidade Hídrica

## SUMÁRIO

1	Introdução.....	10
1.1	Metodologia .....	13
2	Jequitinhonha de dentro para fora.....	16
2.1	A construção de uma região.....	16
2.2	Vale da Riqueza, Vale da Cultura .....	25
3	Redenção a transição energética: a continuidade dos empreendimentos.....	30
3.1	O complexo siderúrgico-energético-minerário: eucaliptais, usinas hidrelétricas e mineração .....	34
3.2	O polo para a descarbonização: sumidouros de carbono, hidrogênio “verde” e lítio “verde” .....	44
4	Perspectivas e conflitos pelas águas .....	50
4.1	Histórico de escassez hídrica .....	51
5	“Vale do Lítio” e a intervenção nos conflitos pela água.....	59
6	Considerações Finais .....	69
6.1	Espiral de Vulnerabilidade Hídrica .....	70
	Referências Bibliográficas .....	76

## 1 Introdução

O discurso verde tem cercado os megaempreendimentos no Vale do Jequitinhonha, sobretudo pelo grande projeto de mineração de lítio lançado pelo Governo de Minas Gerais no ano de 2023. Intitulado “Vale do Lítio”, esta iniciativa impulsiona o setor de mineração voltada para o mercado de transição energética e soma-se ao complexo siderúrgico-energético-minerário, historicamente estabelecido na região. Este complexo destaca-se pelas monoculturas de eucalipto, usinas hidrelétricas e pelos ciclos minerários, que além de serem unidos pela política desenvolvimentista industrial, apresentam convergências sobre o seu estabelecimento: a promessa de progresso. Os efeitos dessa orientação de desenvolvimento serão evidenciados neste trabalho a partir das águas, tendo em vista a centralidade desse elemento nas discussões que permeiam o território. Ao mesmo tempo, será apresentado o processo em curso de incorporação deste modelo à esfera da sustentabilidade, materializada na política de descarbonização - redução drástica da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera pelo vínculo com o aquecimento global e conseqüente mudança climática -.

Meu primeiro contato com o Jequitinhonha ocorreu em 2019, quando ainda cursava o ensino médio. Naquele ano, participei de um campo de formação do Voluntariado Internacional de Desenvolvimento e Educação Social de Minas Gerais (VIDES-MG), realizado no município de Minas Novas. Durante uma das atividades, visitamos uma comunidade quilombola urbanizada e cercada por extensas plantações de eucalipto. O que foi mais marcante para mim, além da paisagem monocromática — que mais tarde compreendi como um “deserto verde” — foi a orientação de um dos coordenadores para não consumir a água local. Ele havia levado água potável para o grupo. Essa recomendação gerou um desconforto marcante, especialmente, porque em cada casa que visitávamos, um copo de água ou café era generosamente oferecido, como gesto de acolhimento.

Este trabalho é também uma tentativa de sintetizar as experiências e aprendizados acumulados ao longo de três anos de envolvimento com o Vale do Jequitinhonha, na esfera da extensão universitária, sobretudo no que tange aos recursos hídricos, às questões de gênero e de cultura. Esse percurso foi possível por meio da minha entrada no Programa de Integração da Universidade Federal de Minas Gerais no Vale do Jequitinhonha — o Polo Jequitinhonha —, com ênfase no Projeto Rio Lilás: a gestão das águas pelas mulheres — identidade, capacitação e integração. Ao longo da execução do projeto, pude conhecer as belezas da região, como também testemunhar os impactos de empreendimentos que vêm comprometendo os modos de vida e as dinâmicas econômicas locais. Em 2022, na primeira

fase, as discussões sobre as águas revelaram que os megaprojetos ocupavam um espaço central nas preocupações, mais do que os desafios em relação à convivência com a seca. Essa constatação me levou a refletir sobre como os impactos desses empreendimentos vêm se sobrepondo às próprias características ecológicas da região.

Ainda em 2022, a mineração de lítio emergiu como um tema preocupante para a população do Médio Jequitinhonha. O projeto minerário intensificou os debates em relação ao mesmo dentro da própria esfera da gestão de recursos hídricos. No segundo semestre de 2024, passei a integrar o projeto LIQUIT - *Indigenous, Quilombolas and Traditional Communities and the construction of the Lithium Valley; in Minas Gerais, Brazil: Empowering silenced voices in the energy transition* da London South Bank University (LSBU) em consórcio com os grupos de pesquisa Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade federal de Minas Gerais (GESTA-UFMG), Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros (NIISA-Unimontes) e o Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Observatório-UFVJM).

Em campo, tudo o que eu havia aprendido a valorizar na região começou a ser encoberto por antigas narrativas de progresso que mascaram desigualdades e impactos sociais profundos. Mais do que isso, percebi a continuidade e interlocução dos megaprojetos, mesmo diante de inúmeras denúncias e evidências científicas das graves consequências vividas diariamente pelas comunidades atingidas. Em dezembro de 2024, na esfera do projeto LIQUIT, realizamos uma oficina com algumas comunidades e em falas sobre os impactos da mineração, a água assumiu um papel central em muitas reflexões, me parecendo impossível dissociar os impactos da mineração da sensibilidade hídrica enfrentada pela população. Compreendi que, na atual conjuntura, falar sobre água na região significa falar também de mineração e dos demais megaempreendimentos que pressionam os recursos hídricos.

As águas do Jequitinhonha são preciosas, tanto pelo território estar parcialmente inserido no semiárido mineiro, quanto pela própria identidade e pertencimento da população. A partir desse elemento, podemos entender a história de ocupação regional, que é atravessada por ciclos econômicos desde o período colonial. No entanto, em geral, a literatura comumente privilegia a história a partir da sua função econômica e, não obstante, muitos registros históricos da região ecoam nesse sentido “utilitarista” tendo mais visibilidade durante os períodos de extração mineral. É uma narrativa que reforça a inexorabilidade do extrativismo e iniciativas econômicas que lá residem. A imposição dessa leitura de mundo, em detrimento

das demais, frequentemente sobrepõe às formas de vida que não estão inseridas nesta lógica. Na tentativa de ampliar nossa percepção sobre a região para além dos megaempreendimentos estabelecidos, um aprofundamento histórico será realizado no Capítulo 2.

A história, contada pelo ponto de vista não-hegemônico, nos evidencia que os estigmas sobre a região, que mobilizaram a ideia de pobreza - o “Vale da Miséria” - e a necessidade de uma redenção, foram criados com o objetivo de legitimar políticas verticalizadas de modernização. Ao final esta tentativa atendeu a industrialização, e o consequente enriquecimento financeiro, de outras regiões do estado e do país, restando os prejuízos das operações para o Jequitinhonha. O movimento cultural produziu respostas ao estigma imposto a partir da divulgação das riquezas do Vale, sendo também um símbolo de resistência. As produções científicas, aliada a denúncias das populações, há anos evidenciam os danos dos megaprojetos na quebra de autonomia das populações e ainda assim, continuam em operação sem serem devidamente mitigadas. Mais do que negar os nítidos prejuízos, uma roupagem verde tem sido incorporada nesses setores para entender a política descarbonização. Defino esta roupagem verde como a publicidade das atividades empresariais e industriais como sustentáveis, mas que mantém o *modus operandi* modernizador do século XIX que enquadra as questões ambientais como externalidades.

Nesse sentido, uma revalidação dessas atividades está em curso utilizando a iniciativa de transição energética para legitimar novos investimentos nesses setores e a ampliação dos demais megaprojetos estabelecidos (essencialmente extrativistas). A descrição dos danos tecnicamente evidenciados, assim como a tentativa de enquadrá-los na esfera da sustentabilidade, estão presentes no Capítulo 3. Além de serem solidamente criticados, a atualidade dos conflitos em relação aos megaprojetos é evidenciada na coleta de dados primários exposta no Capítulo 4. Os riscos do enquadramento dos setores como “verdes” sugerem o surgimento de novos conflitos, como também um agravamento da atual realidade vivenciada nos territórios, tendo em vista a cumulatividade das pressões.

A situação hídrica local, marcada por crescente escassez e conflitos de uso, expõe com nitidez as contradições dessa política de descarbonização fazendo uso dos antigos modelos de produção e desenvolvimento. Dentro deste contexto, a mineração de lítio tem se destacado como protagonista na publicidade dessa releitura verde. No entanto, esse suposto novo modelo de desenvolvimento tem reproduzido, em grande medida, os mesmos prejuízos socioambientais, territoriais e econômicos dos projetos industrialistas que historicamente operam na região. A retórica da sustentabilidade tem servido como uma roupagem sobre

práticas que mantêm estruturas de exploração e desigualdade.

O olhar crítico sobre os efeitos do modelo verde indica efeitos perversos sobre as águas e as comunidades, assim como os modelos de desenvolvimentistas que implementaram os megaprojetos anteriores. Nesse sentido, um estudo de caso das iniciativas do setor da mineração de lítio, pioneiro no discurso verde, em relação à preservação e universalização da água é apresentado. Os programas da Sigma Lithium para as águas recebem destaque, assim como a repercussão dos Estudos de Impacto Ambientais (EIAs) e audiências públicas da mesma, somado à empresa Atlas Lithium, e são analisados no Capítulo 5. Há um agravamento das causas estruturais da degradação hídrica e, conseqüentemente, perda da autonomia de comunidades que passam a ser inseridas na “Indústria da Seca”.

Nas considerações finais, é apresentada a perspectiva da autora em relação à situação hídrica da região frente às tantas pressões dos megaprojetos, inseridos em diferentes discursos. Observa-se a situação cumulativa e progressiva de danos à dinâmica das águas, análoga a estrutura de um espiral constituindo um Espiral da Vulnerabilidade Hídrica. Nesse sentido, a maior riqueza da região, as águas do Jequitinhonha, têm refletido a insustentabilidade das políticas empregadas, tanto pela premissa da redenção desenvolvimentista quanto pela premissa verde, de transição energética - imprimida especialmente pelo setor da mineração do lítio - e descarbonização.

### **1.1 Metodologia**

Esta pesquisa foi resultado da minha interação com a região do Vale do Jequitinhonha desde de 2022, por meio do Projeto Rio Lilás - a gestão das águas pelas mulheres - identidade, capacitação e integração e, a partir de 2024, com o projeto LIQUIT - *Indigenous, Quilombola and Traditional Communities and the construction of the Lithium Valley*. Nesse sentido, a produção de dados tem esse recorte temporal.

Considero fundamental destacar que a construção deste trabalho tem suas bases nos princípios da extensão universitária, sobretudo pelo Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, que entende a construção do conhecimento como conjunta, unindo a comunidade externa ao ambiente acadêmico (Nogueira, 2005).

Os trabalhos de campo que realizei ao longo destes anos incluíram os municípios de Diamantina, Almenara, Turmalina, Araçuaí, Itinga, Itamarandiba, Jequitinhonha, Chapada do Norte, Coronel Murta, Itira, Francisco Badaró, Berilo, Salto da Divisa, Virgem da Lapa e Belmonte (BA).

Os dados primários advindos de entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2022, na esfera do Projeto Rio Lilás seguiram modelos semi-estruturados (Le Ven, 1997). Em formato majoritariamente presencial, visitando os municípios em que as entrevistadas residiam, com algumas execuções remotas/online, atuei como entrevistadora e realizei a transcrição das entrevistas junto à colegas extensionistas do projeto. A escolha por este banco de dados alinhou-se com a percepção da pesquisadora e de acordos internacionais de que a conservação ambiental e, em especial, a gestão das águas, deve ser feita pelo olhar da mulher (Declaração de Dublin, 1992). Entende-se que essa perspectiva está mais alinhada com uma interpretação mais holística e integrada do uso dos recursos, que são finitos.

As perguntas norteadoras estavam relacionadas às experiências pessoais em relação à temática e o conhecimento sobre conflitos pelo uso da água. Dentre as perguntas, as mais relevantes para esta pesquisa foram:

- Tem alguma memória familiar com relação a ir aos rios?
- Sente que a água tem um protagonismo na região?
- Para além do uso doméstico, poderia destacar outros usos da água?
- Você observou mudanças no rio ao longo dos anos?
- Como definiria a relação de abastecimento a partir dos rios?
- Tem uma opinião sobre quem deveria usar, cuidar da água e definir os limites do uso?

Analisei as 38 entrevistas realizadas, apresentando em profundidade a perspectiva de 30 mulheres, 4 homens e 4 coletivos. Para os objetivos deste trabalho, foram citadas falas diretas de 12 relatos. As entrevistadas eram majoritariamente lideranças locais, integrantes de sindicatos, organizações não-governamentais, movimentos sociais e servidoras públicas engajadas com as áreas de desenvolvimento socio-regional como, agricultura familiar, educação e artesanato.

Na esfera do Projeto LIQUIT, os trabalhos de campo incluíram a ida a comunidades atingidas, diálogo com lideranças, moradores da região, realização de oficina no território e a participação em audiências públicas. Em especial, relacionados ao Projeto de Lei nº 02/2025 de redução da APA Chapada do Lagoão e ao licenciamento de empreendimentos das mineradoras Sigma Lithium e Atlas Lithium no mês de abril de 2025.

Em ambas as esferas utilizei o método de observação participante (Magnani, 2009) e construí cadernos de campo. Além disso, utilizei os recursos de documentação fotográfica. Para uma execução das análises propostas nesta pesquisa, foi necessária uma sistematização dessas informações, refletindo sobre como ser menos reducionista possível e tentando evitar representações das realidades de forma abstrata ou a-histórica, conforme Clifford (2002).

Concomitantemente, foi realizada uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental. Esta etapa referiu-se à identificação de estudos, conceitos e abordagens teóricas que permitiu a fundamentação teórica desta pesquisa.

## **2 Jequitinhonha de dentro para fora**

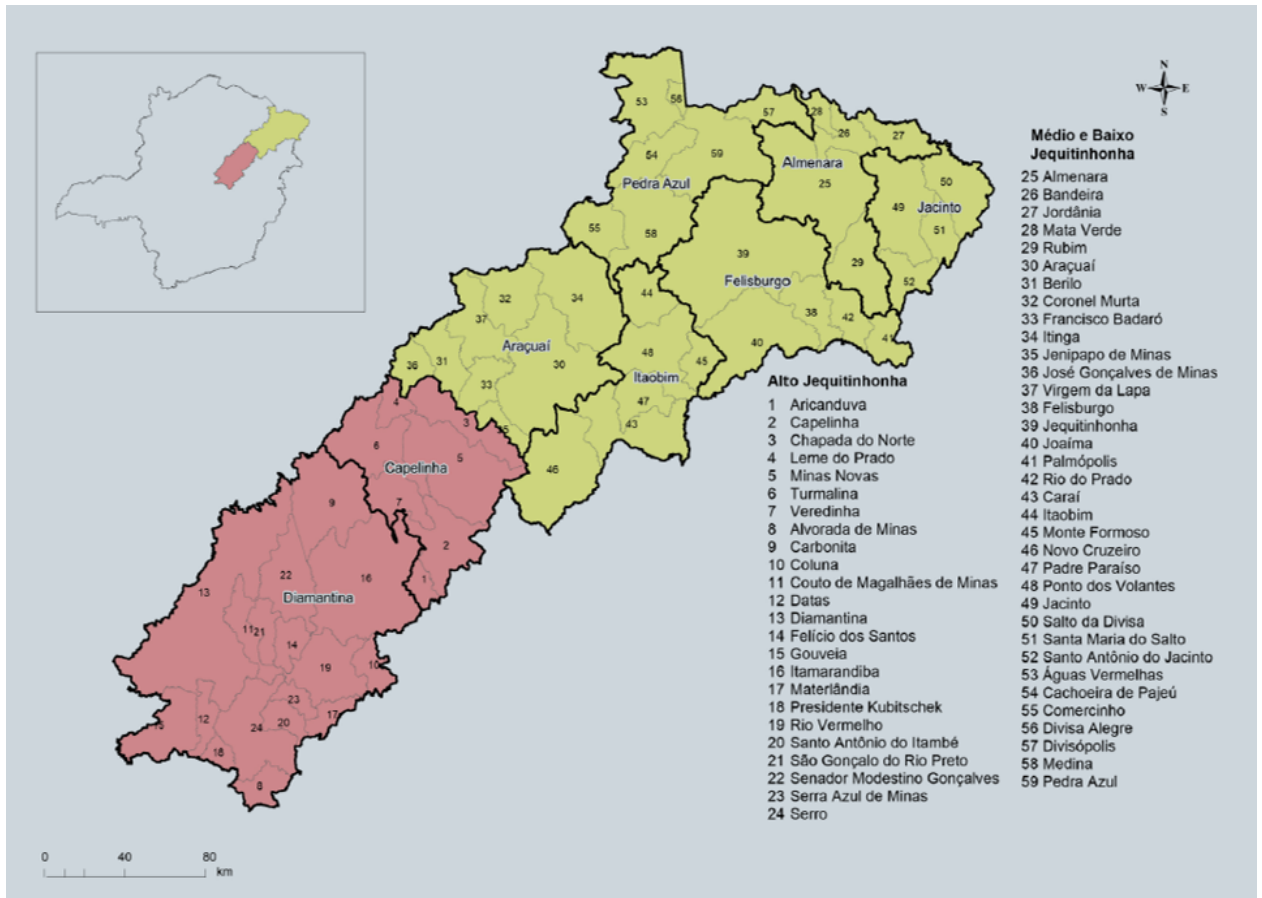
### **2.1 A construção de uma região**

A busca por narrar a história de uma região a partir da perspectiva dos seus habitantes — aqueles que, por vivência e conhecimento, detêm uma compreensão profunda de suas riquezas — por alguém que não reside no local, como quem aqui escreve, configura-se como um exercício audacioso. Contudo, tal tentativa torna-se imprescindível, dada a multiplicidade de trabalhos de campo realizados à região ao longo dos anos e a proximidade com uma realidade que se revelou bem distinta daquela originalmente concebida. Com efeito, análises externas tendem a fazer uso de indicadores e índices descolados da realidade local que associam as vulnerabilidades da população — frequentemente exacerbada pela chegada de grandes empreendimentos — como uma característica intrínseca à região. O presente capítulo, portanto, visa aproximar-se das perspectivas locais.

A abordagem do Vale do Jequitinhonha enquanto uma região rica em múltiplos aspectos é incomum em análises como a proposta neste trabalho. Na maioria das vezes, reconhece-se a força de um movimento cultural expressivo, mas tal reconhecimento é contrastado por modelos de desenvolvimento que evidenciam, predominantemente, a pobreza. Assim, é construído um campo contraditório: de um lado, o semiárido, caracterizado pela seca, vulnerabilidade e baixa produtividade; de outro, um forte sentimento de pertencimento e de mobilização coletiva. Ao aprofundarmos nossa reflexão sobre o tema, o que emerge é a coexistência dessas diferentes perspectivas, produto do processo contínuo de emergência da delimitação da região (Servilha, 2012). Para narrar a história "de dentro para fora", é fundamental considerar essa invenção da região, que se caracteriza por uma notável heterogeneidade, especialmente no que tange às suas particularidades biofísicas e as populações que ocupavam e ocupam a região.

O nome "Jequitinhonha", de origem indígena, significa "rio largo cheio de peixes", referindo-se ao curso fluvial que atravessa grande parte dos municípios da região, com sua nascente localizada na cidade de Serro e sua foz em Belmonte, território baiano. No plano pedagógico, a investigação histórica acerca do Vale do Jequitinhonha exige a consideração das suas microrregiões: Alto, Médio e Baixo Vale, conforme apresentado na Figura 1. Estas foram definidas inicialmente no ano de 1964, com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE).

Figura 1: Mesorregiões do Vale do Jequitinhonha – Alto, Médio e Baixo



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2017.

É fundamental destacar que o termo "Vale do Jequitinhonha" abrange, de maneira simultânea, diferentes dimensões: refere-se, primeiramente, a uma região natural, correspondente ao vale da bacia do Rio Jequitinhonha; a uma região administrativa, constituída oficialmente com a criação da Codevale; e a uma região identitária, marcada por um movimento cultural que atribui significado particular ao território (Servilha, 2012). Uma multiplicidade de significado que será explorada a seguir, conforme expõe Servilha (Ibid).

A indigenista Geralda Soares, em uma roda de conversa ocorrida junto a equipe de pesquisa do projeto LIQUIT, no ano de 2024, descreveu a região do Vale do Jequitinhonha como uma área de características análogas à Amazônia, onde a relação entre as populações indígenas e o meio ambiente era essencialmente aquática, com os rios servindo não apenas como vias de transporte, mas também como elementos centrais para a organização social, econômica e cultural das comunidades (Soares, 2024). Nessa região, a utilização de embarcações para o deslocamento e a realização das atividades cotidianas era uma prática comum e essencial para a manutenção do modo de vida dessas populações. Os povos indígenas da região, principalmente os pertencentes ao tronco macro-jê,

constituíam uma rede diversificada de etnias com línguas e práticas culturais compartilhadas, mas com variações regionais significativas.

Os primeiros contatos com os europeus ocorreram no século XVI, mais especificamente a partir de 1553, quando as expedições portuguesas começaram a explorar riquezas minerais da região, com ênfase na extração de ouro e diamantes (Carvalho, 2010). No entanto, a exploração de recursos minerais não se limitou à busca por riquezas, mas também resultou em um processo de ocupação colonial violento e devastador para as populações indígenas. O Alto Jequitinhonha, uma das áreas mais ricas em minerais, foi o principal ponto de interesse dos colonizadores, e a intensificação da exploração gerou um colapso demográfico nas comunidades indígenas locais, que foram violentamente subordinadas, seja por assassinatos diretos ou pelas condições degradantes de trabalho nas minas. Esse processo de extermínio teve um impacto profundo, não apenas na destruição física das populações indígenas, mas também na destruição de suas estruturas sociais, culturais e espirituais.

Com o tempo, as riquezas minerais de outras regiões, como as do continente africano, reduziram o interesse da Coroa Portuguesa pela região do Jequitinhonha, o que levou a um certo "abandono" da área durante o período colonial. O Baixo e o Médio Vale do Jequitinhonha continuaram a ser regiões relativamente intocadas pelos processos de ocupação direta, permanecendo fora do alcance do projeto colonizador até o século XIX (Carvalho, 2010). Nesse período, essas áreas se caracterizaram por uma economia agropastoril, com uma população dispersa e uma menor densidade demográfica, o que proporcionou um ambiente relativamente mais seguro para a manutenção das populações indígenas. O isolamento geográfico dessas áreas, aliado à força da resistência indígena, contribuiu para que as florestas e outras regiões naturais se tornassem refúgios onde podiam resistir às pressões externas e manter suas formas tradicionais de organização social.

A mata sempre foi, para o indígena, um *locus*, um espaço possível de se ocultar para verdadeiramente ser. É neste sentido que o processo de devastação ambiental, por que passaram os Vales Jequitinhonha e Mucuri, teve como fundamento, além da questão econômica, a fragilização dos povos indígenas, que até então resistiam aos processos de extermínio sociocultural. Cabe salientar que este avanço sobre as terras indígenas fazia parte do projeto da Coroa (Carvalho, 2010, p. 173).

Até o século XVIII, o território do Jequitinhonha foi marcado pela coexistência de duas realidades paralelas: de um lado, o controle das populações indígenas, que mantiveram a autoridade sobre as suas terras e culturas, e, de outro, o domínio da Coroa Portuguesa, que buscava expandir seu controle sobre as áreas de exploração mineral, como o Alto Jequitinhonha (Carvalho, 2010). Nesse período, o norte da bacia do Rio Jequitinhonha foi inserido em redes de trocas

socioeconômicas com outras regiões vizinhas, como a bacia do Rio São Francisco e o sul da Bahia, configurando uma área de intensa circulação de mercadorias, influências culturais e práticas comerciais. O estudo das populações indígenas dessa região, portanto, exige uma abordagem que ultrapasse os limites geográficos tradicionais, reconhecendo as conexões existentes entre os povos do Vale do Jequitinhonha, o Vale do Mucuri, o Vale do Rio Doce e outras áreas do estado de Minas Gerais, que também foram habitadas por povos indígenas e sofreram os impactos da colonização de forma diversa.

A tentativa dos colonizadores de classificar e simplificar a diversidade étnica dos povos indígenas foi uma estratégia comum para reduzir a complexidade das identidades e estruturas sociais desses grupos. Um exemplo nítido dessa simplificação é o termo "Botocudos", utilizado pelos colonizadores para se referir a um conjunto de grupos que pertenciam a uma única família linguística, a dos Aimorés. No entanto, como observa Soares (1991), os portugueses confundiram as diferentes variações de nomes dentro de um mesmo grupo a partir da ideia de que eram grupos etnicamente distintos, o que não correspondia à realidade. Essa categorização errônea não apenas distorceu a compreensão sobre a diversidade cultural indígena, mas também foi uma forma de invisibilizar as particularidades e os modos de resistência dessas populações.

Entre os grupos indígenas da região, destaca-se o caso dos Boruns, um dos poucos grupos que conseguiu resistir ao avanço das bandeiras de exploração territorial e ao domínio colonial. Esse grupo só foi efetivamente subjugado em 1808, com o decreto da "Guerra Justa" de D. João VI, que visava a subordinação definitiva dos povos indígenas, especialmente os Botocudos, a um regime de dominação militar. A "Guerra Justa" foi um instrumento político e militar utilizado pela Coroa Portuguesa para garantir o controle total sobre as populações indígenas, e sua implementação em Minas Gerais teve um impacto significativo nas relações entre os colonizadores e os povos originários.

Em São Miguel, a sede da Sétima Divisão Militar, Saint-Hilaire conheceu o chefe Botocudo Joáima. A relação da Sétima Divisão com os Botocudos começou a dar resultados quando estes últimos se viam "dependentes" de tabaco, aguardente e açúcar; alimentos, que segundo Saint-Hilaire, os Botocudos apreciavam muito e por isso se aglutinaram ao quartel. O capitão Joáima se estabeleceu em São Miguel. Os Botocudos foram escravizados pelos colonos que não possuíam escravos negros. "Vi perto de Passanha, vários Botocudos de todas as idades que tinham sido capturados na primeira infância, e viviam nas casas dos portugueses trabalhando para eles. (...) Tem vigor e mostram-se bastante laboriosos, e os portugueses gabam bastante de seus serviços". No entanto, antes estigmatizados de selvagens, violentos e canibais e hoje bêbados, desordeiros, preguiçosos (Carvalho, 2010, p. 173).

Além dos Aranã, que pertenciam à família dos Aimorés e habitavam áreas próximas ao rio Urupuca, a região do Vale do Jequitinhonha foi lar de outros povos indígenas que mantiveram suas terras e culturas ao longo dos séculos. Entre os povos atualmente reconhecidos na região, estão os Pankararu, Aranã, Mucorin, Jací e Maxacali, que continuam a resistir às pressões externas e a manter suas tradições vivas. Segundo Geralda Soares (2008), esses povos representam a continuidade de uma resistência cultural que, apesar das tentativas de apagamento, sobreviveu aos processos de colonização e às dinâmicas de extermínio.

Concomitantemente à violência perpetrada contra os povos originários, a colonização brasileira impôs severas formas de opressão aos corpos negros escravizados. A resistência ao trabalho forçado, sobretudo nas atividades agrícolas e de mineração, se manifestou, entre outras formas, na formação de quilombos - comunidades autônomas -. No Vale do Jequitinhonha, como em diversas outras regiões do país, essa trajetória de resistência foi sistematicamente apagada, fenômeno que se reflete na escassez de registros documentais e de produções técnico-acadêmicas que abordem a história e a contribuição dessas comunidades. Tal apagamento histórico compromete não apenas a visibilidade social, mas também o reconhecimento institucional dos quilombos, especialmente nas esferas públicas, onde o Estado frequentemente atua como agente de invisibilização destas identidades (Costa, 2010).

Apesar desse cenário, a memória coletiva — marcada por práticas culturais como a oralidade, a religiosidade, a musicalidade e os saberes tradicionais — segue como forma de resistência e afirmação identitária. Nesse contexto, destacam-se iniciativas voltadas à valorização e à preservação desse patrimônio imaterial, como os projetos Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória (Fogaça, s/d) e Comunicação e Juventude Quilombola no Vale do Jequitinhonha: identidade, memória e autonomia (Ribeiro, 2022) que têm contribuído significativamente para o fortalecimento da identidade quilombola e para a produção de conhecimento a partir de suas próprias narrativas.

O Vale do Jequitinhonha é uma região que abriga uma riqueza natural composta por diversos biomas, como o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica. Essas paisagens não apenas moldam a natureza local, mas também influenciam fortemente as formas de vida e as manifestações culturais da região, com destaque para o artesanato e as artes. O saber local, especialmente em relação à convivência com a seca, desenvolveu uma resiliência que se reflete em diversos aspectos da vida social e econômica, criando laços profundos entre a comunidade e o ambiente em que vivem.

Enquanto as áreas da margem direita do baixo Jequitinhonha são remanescentes da mata atlântica, que cobria todo o leste de Minas, a maior parte da sua margem esquerda está sob a influência do semiárido brasileiro, que se prolonga do sertão baiano sobre o norte de Minas. Ao levar em conta os indicadores demográficos como representativos da dinâmica econômica mais geral, pode-se dizer que há intensas variações internas, que não podem deixar de ser consideradas sob o risco de se tomar uma grande diversidade de formas de produção e reprodução da vida social por uma realidade homogênea (Carvalho, 2010, p. 64).

Historicamente, a ocupação do Vale do Jequitinhonha é intimamente ligada ao ciclo da mineração, sendo reforçado pela historiografia mineira, que privilegia a mineração de ouro como fator central na construção da identidade de Minas Gerais. Contudo, ao examinar mais detalhadamente a história da região, percebe-se que o processo de ocupação e as atividades econômicas foram muito mais complexas (Souza, 2010). O declínio das lavras, no início do século XIX, gerou um movimento de deslocamento para as áreas de Mata Atlântica, o que também alterou a configuração socioeconômica da região, tornando-a um espaço de fusão entre diferentes atividades econômicas e culturais.

Em uma análise mais crítica, é essencial desnaturalizar a história de Minas Gerais, que muitas vezes é resumida apenas à mineração. As primeiras rotas de ocupação do território, anteriores à criação da Capitania das Minas dos Matos Gerais em 1720, revelam que a mineração, embora importante, não ocupava a maior parte do território de Minas Gerais. A exploração de outras atividades, como a pecuária e a agricultura, já fazia parte da dinâmica regional muito antes da criação das grandes cidades mineradoras, o que demonstra uma diversidade de atividades econômicas que contribuíram para a formação do estado. A historiografia tradicional muitas vezes deixa de lado essas outras facetas da ocupação, o que é crucial para a compreensão do processo de colonização e das transformações socioeconômicas da região.

Ainda conforme Souza (2010), a região do antigo termo de Minas Novas, que corresponde ao atual município de Minas Novas, foi de grande importância histórica. Essa área, com uma extensão de 139.947 km<sup>2</sup>, corresponde a um quarto da superfície do estado de Minas Gerais e foi um importante ponto de encontro entre duas frentes de ocupação: a minerária e a produção pecuária. A "Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí", fundada em 1730, foi o centro urbano de maior expressão na região durante o século XVIII e início do XIX, refletindo a centralidade dessa localidade no processo de ocupação e no comércio de minerais. O processo de formação de Minas Novas e suas disputas territoriais entre os governos de Minas Gerais e da Bahia, entre 1720 e as décadas seguintes, foi marcado pela luta pelo controle das áreas ricas em ouro e diamantes, que eram símbolos de riqueza e poder na época.

Porém, além da mineração, as primeiras tentativas de conquista do território mineiro remontam ao período colonial, com a pecuária desempenhando papel fundamental no desbravamento dessas terras. A expedição Espinosa-Navarro, realizada em 1553, foi um marco nesse processo, sendo considerada uma das primeiras tentativas de exploração do interior do Brasil. Essa expedição, que partiu de Porto Seguro e percorreu o território que viria a ser o norte e nordeste do atual estado de Minas Gerais, representou um ponto de inflexão nas dinâmicas de ocupação do Brasil colonial e estabeleceu as bases para as futuras incursões de colonizadores (Souza, 2010).

O imaginário colonizador, com sua tendência à homogeneização das culturas locais e à imposição de modelos europeus de civilização, também marcou a região do Vale do Jequitinhonha. A construção de uma narrativa que estigmatizava os povos indígenas e as populações locais como “selvagens” ou “bárbaros” foi um componente fundamental da justificação do processo colonizador, que, ao marginalizar e desumanizar esses grupos, facilitava a consolidação do poder colonial. Esse estigma, imposto através da propaganda oficial e da violência direta, ainda reverbera nas relações sociais e políticas da região, contribuindo para a perpetuação de desigualdades estruturais. Nesse sentido, a dinâmica de ocupação e exploração no Vale do Jequitinhonha se caracteriza por uma intensa relação de exploração, marginalização e resistência.

As populações locais, historicamente afastadas dos centros de poder e das grandes narrativas históricas, enfrentaram condições adversas que foram, em muitos casos, reforçadas pela imposição de um modelo econômico e social voltado para as elites econômicas. A resistência e adaptação da população local, que se refletiu na manutenção de práticas agrícolas familiares e de subsistência (Galizoni; Ribeiro, 2013), bem como na preservação e desenvolvimento de suas expressões culturais, são elementos centrais na formação da identidade social e econômica da região. Essas práticas, em sua maioria informais e de baixo impacto ambiental, contrastam com a exploração predatória dos recursos naturais que marcou os ciclos econômicos anteriores e oferecem um modelo alternativo de desenvolvimento, baseado no respeito à biodiversidade e à sustentabilidade.

As áreas emergentes como centros de poder — tanto político quanto simbólico — desempenham um papel crucial na reconfiguração das dinâmicas nacionais, incorporando o restante do país a partir de suas próprias interpretações. Tais interpretações, moldadas pelos interesses de grupos sociais específicos, refletem não apenas as concepções desses grupos sobre civilização e nação, mas também os projetos de ordem e desenvolvimento. Esse ideal de construção nacional, centrado na modernização e na integração, foi amplamente reproduzido pelas políticas públicas

implementadas durante a República Brasileira, consolidando uma visão de progresso que, muitas vezes, desconsiderava as especificidades locais.

Segundo Servilha (2012), o Vale do Jequitinhonha ocupa para Minas Gerais uma posição equivalente à que o Nordeste ocupa para o Brasil, sendo caracterizado como uma região periférica, marginalizada em relação ao centro do poder. Essa analogia revela a persistência de um discurso que associa a “província” ao atraso, uma narrativa histórica que busca justificar a centralização política e a construção de um modelo nacional homogêneo:

O Norte brasileiro (por muito tempo englobando o que hoje conhecemos como Nordeste) passa a ser significado e estereotipado a partir de temas e imagens como a seca, o cangaço, as revoltas messiânicas, a miséria, o passado. O sertão brasileiro torna-se tema de intelectuais e artistas de abrangência nacional. Alguns nele visualizaram o futuro que não se quer, um popular marcado pelo "antimoderno", um contra espelho, a alteridade referência cuja superação seria imprescindível para a conquista de uma nova nação, um Brasil moderno. Outros enxergavam no sertão a essência do povo brasileiro, uma área afastada e, conseqüentemente, protegida das influências litorâneas europeias. Olhar para seu interior na busca pelo "verdadeiro país", pela alma nacional, pelas essências e raízes de nossa identidade constituía-se no encontro do Brasil consigo próprio (Servilha, 2012, p. 26).

Não obstante, o mandonismo é, historicamente, interpretado de maneira conjunta, a partir da perspectiva sertaneja que está presente tanto na Bahia quanto em Minas Gerais (Santiago, 2013). A partir dessa premissa, um projeto de modernização para Minas Gerais envolvia, entre outras medidas, a apropriação simbólica e material do “sertão mineiro”. Esse território, considerado subdesenvolvido e marginalizado, deveria ser ocupado por novas práticas socioespaciais que visavam sua inclusão no processo de reordenamento territorial que se desenhava no estado (Servilha, 2012).

O século XX marcou, de fato, um período de transição, no qual Minas Gerais obteve condições materiais, científicas e técnicas mais avançadas para conduzir esse processo de modernização. Isso foi possível por meio da implementação de diagnósticos territoriais e do planejamento urbano, além da expansão de órgãos e instituições públicas que atuavam no controle e desenvolvimento do território.

Ainda segundo Servilha (2012), a modernização não se limitava à mera transformação material; ela envolvia também a construção de uma hierarquia simbólica que diferenciava o “moderno” do “atrasado”. No discurso modernizador, as regiões periféricas, como o sertão mineiro, eram concebidas como um passado a ser superado. Para que fosse possível integrar essas áreas ao projeto de modernização, era necessário estigmatizá-las, colocá-las em um lugar de "inferioridade" em relação aos centros urbanos emergentes, como a capital do estado e outras grandes cidades. Dessa

forma, a centralização do poder se consolidava como o modelo sociopolítico legítimo, enquanto as regiões estigmatizadas serviam como o "outro" a ser transformado e incorporado.

Nesse sentido, a questão vigente tratava-se sobre estabelecer uma delimitação administrativa para essas áreas marginalizadas. A divisão do território em bacias hidrográficas, proposta como critério para organização espacial, nem sempre se alinhava às fronteiras culturais, sociais e econômicas, que são muito mais complexas e fluidas. As características biológicas e socioculturais dessas regiões, frequentemente desconsideradas, configuraram um terreno de contradições e complexidades. A pobreza, nesse contexto, tornou-se a principal característica que legitimava a inclusão dessas áreas no discurso modernizador. Apesar da grande heterogeneidade observada na bacia do Rio Jequitinhonha — com diferenças significativas nos processos históricos de ocupação, nos arranjos econômicos, na vegetação, no clima e nas dinâmicas socioculturais —, o Vale do Jequitinhonha foi representado como uma região homogênea, um recorte no mapa que, mais do que qualquer outra característica, se destacava pela pobreza.

Essa construção discursiva da pobreza como um elemento definidor da identidade do Vale tem implicações profundas. Ela não apenas invisibiliza as diversas formas de resistência cultural e econômica presentes na região, mas também reforça uma visão de subordinação e dependência, que perpetua a marginalização das populações locais. A pobreza, nesse sentido, se torna não apenas um marcador de identidade, mas também uma ferramenta de legitimação para a implementação de políticas públicas que visam "transformar" a região, muitas vezes sem considerar suas especificidades ou os saberes locais.

Os recorrentes períodos de estiagem passaram a comprometer significativamente a subsistência das populações locais, o que exigiu uma atenção crescente por parte das autoridades públicas quanto à destinação de recursos para mitigar seus efeitos. Em resposta à pressão da elite local, foi criada, em 1964, a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), com o objetivo de inserir a região do Vale do Jequitinhonha nos projetos nacionais de modernização. Esta iniciativa visava integrar a área em um processo de desenvolvimento que atendesse tanto às necessidades da população quanto aos interesses políticos e econômicos da época.

Concomitantemente à delimitação administrativa, emergem outras formas de classificação valorativa sobre a região, que consolidam a ideia de que o Vale do Jequitinhonha é uma construção simbólica, sujeita a significados e reinterpretações (Servilha, 2010). Trata-se de uma região essencialmente rural, que sofre a imposição de um estigma "urbano etnocêntrico". Localizada

parcialmente no semiárido nordestino, a região é frequentemente associada ao conceito de "sertão", sendo vista como um local de aridez e atraso, marcado pela pobreza, miséria e uma suposta resistência ao progresso. Essa configuração interiorana é alvo de múltiplas valorações, resultantes do processo histórico de ocupação territorial no Brasil, que impõem um estigma diferenciador e qualificante à região, o qual desempenha um papel fundamental na construção de sua identidade.

Historicamente, o Vale do Jequitinhonha passou a ser uma região estigmatizada por sua realidade social e econômica, mas também por um viés cultural excludente. No entanto, na primeira metade do século XX, começou a se consolidar um movimento de contestação ao estigma da pobreza e do atraso, principalmente por meio de intelectuais e escritores oriundos do Norte de Minas Gerais. Esses pensadores reagiram à percepção do "sertão" e do "sertanejo" como símbolos de atraso e resistência ao progresso, criando uma nova identidade regional. A partir dessa resistência, uma identidade regional começou a se delinear, que se traduz tanto nas manifestações artísticas quanto na articulação de movimentos e entidades culturais. Esse novo olhar sobre o Vale do Jequitinhonha favoreceu o surgimento de uma consciência regional, que passaria a ser designada como o "Vale da Cultura" (Servilha, 2010).

## **2.2 Vale da Riqueza, Vale da Cultura**

Na primeira metade do século XX, a noção de pertencimento ao Vale era, de fato, presente, mas sua manifestação se dava, frequentemente, de forma dispersa e até mesmo latente. Isso ocorria, entre outros fatores, devido ao forte isolamento da região e à falta de instrumentos e canais de comunicação que pudessem articular uma identidade regional forte e coesa. O movimento cultural denominado "do Vale do Jequitinhonha" tomou forma, de maneira marcante, com a fundação do jornal Geraes, ainda que a ideia de uma "cultura do Vale do Jequitinhonha" já havia sido detectada por diversos artistas, antropólogos, jornalistas e colecionadores (Santiago, 2012).

O jornal Geraes foi um dos principais veículos de comunicação da região e consolidou-se como catalisador desse movimento. Uma rede de comunicação e resistência foi sendo estabelecida entre cidades de todas as regiões do Vale, até então isoladas entre si. Embora as edições, desde a primeira, em março de 1978, até a nº 15, em julho de 1982, fossem propriamente editadas em Belo Horizonte, o cabeçalho do jornal trazia consistentemente "Vale do Jequitinhonha" como sua origem, reforçando a identidade regional. O jornal promoveu e estimulou o debate sobre questões essenciais para o desenvolvimento da região, como a educação, o acesso à saúde e o empoderamento da população local, que até então se via refém das condições históricas de marginalização (Martins, 2012). Nesse

contexto, o objetivo principal do Geraes era combater a invisibilidade do Vale e da sua população no cenário nacional, buscando evidenciar a riqueza cultural, social e econômica da região.

Naquele período, o Brasil estava sob o regime da ditadura militar, marcado por repressão política e censura. A participação em movimentos sociais e discussões políticas era severamente reprimida, e a população temia se envolver em qualquer forma de oposição ao regime devido aos relatos de prisões, torturas e assassinatos de estudantes e militantes. O regime ditatorial, ao controlar os meios de comunicação e suprimir a liberdade de expressão, dificultava ainda mais a construção de uma identidade local coesa e de ações organizativas. Portanto, de acordo com Martins (2012), um dos fundadores do jornal, era imprescindível compreender as dinâmicas locais e as estruturas de poder estabelecidas na região, bem como as instituições de domínio político e econômico, para formular uma resistência eficaz. Seria necessário um preparo para, futuramente, levar informação e formação política ao Vale.

A exploração política do Vale do Jequitinhonha remonta ao período colonial, quando a Coroa Portuguesa, interessada nas riquezas minerais da região, impôs um modelo de subdesenvolvimento. Durante o ciclo do ouro, a região foi mantida deliberadamente subdesenvolvida, uma vez que seu potencial de garimpos, especialmente de ouro, diamantes e pedras preciosas, representava uma ameaça ao controle da Coroa. As cidades como Serro, Diamantina e Minas Novas, com suas minas de ouro, foram fundamentais para a economia colonial, mas o Vale foi negligenciado em termos de infraestrutura e investimentos, sendo tratado apenas como uma fonte de recursos naturais. Esse abandono refletiu-se na ausência de melhorias significativas nas condições de vida da população local, o que se acentuou com o esvaziamento da região, ao longo do tempo.

É importante contextualizar que a região sofreu com o êxodo populacional, com movimentos migratórios para outras partes de Minas Gerais e para grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, motivados pela busca por melhores condições de vida. Esse êxodo contribuiu para o agravamento da pobreza na região, mas também resultou em um processo de "diáspora cultural", que levou a cultura do Vale a ser reconhecida e valorizada fora de suas fronteiras. Este cenário de extrema desigualdade social — caracterizado pela concentração de poder nas mãos de poucos latifundiários e coronéis, e pela pobreza generalizada da população, composta por lavradores, camponeses, pequenos produtores rurais e trabalhadores informais — levou à aceitação fatalista da pobreza por parte da maioria, que via a miséria como um destino imposto por Deus. Conforme Martins (2012), esse contexto social e político foi um dos principais motivadores para a fundação do jornal Geraes, que buscava promover uma mudança estrutural na região.

Em 1978, quando o Geraes foi criado, existia a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), uma instituição do governo estadual encarregada de planejar e executar projetos de desenvolvimento para a região. Contudo, devido à falta de recursos e à ineficácia de suas políticas, a Codevale não foi capaz de implementar ações significativas. O povo, ciente da ineficácia da instituição, satirizava a Codevale com a expressão: "Aqui, a Codevale não acode, nem vale" (Martins, 2012).

Em 3 de novembro de 1979, o Geraes organizou o primeiro (e até o momento único) Encontro de Compositores do Vale do Jequitinhonha, realizado em Itaobim. Esse evento foi um marco na história cultural da região e deu origem ao Festivale, um festival de cultura popular que se tornaria um dos maiores eventos culturais do Vale. O Festivale não apenas ajudou a revelar novas lideranças e artistas, como Célia Mara, Gonzaga Medeiros, Paulinho Pedra Azul, Rubinho do Vale, Saulo Laranjeira e Tadeu Franco, como também possibilitou a descoberta de mais de 80 artistas que, posteriormente, gravaram discos.

Com o retorno à democracia, a imprensa alternativa dos anos de repressão perdeu sua razão de ser (Servilha, 2012). Nesse novo contexto, surgiu a Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (FECAJE), que consolidou a transformação do Vale, antes conhecido como "Vale da Miséria", em um verdadeiro "Vale da Cultura". O Vale do Jequitinhonha se tornou, assim, o espaço de um povo que, por meio da arte, passou a retratar de forma viva suas lutas, esperanças e a construção de uma nova identidade regional. Esse processo de resistência e transformação cultural, que se consolidou na década de 1980, ainda reverbera na atualidade, com a região sendo reconhecida como um celeiro cultural de grande importância para o Brasil.

A figura de Frei Chico deve ser invocada quando tratamos do movimento cultural no Vale do Jequitinhonha. Nascido na Holanda, sua trajetória no Brasil iniciou-se em 1960, quando se estabeleceu em Minas Gerais. Durante as décadas de 1970 e 1980, se dedicou a uma intensa pesquisa cultural no Vale do Jequitinhonha. Nesse contexto, conheceu a artesã araçuaiense Lira Marques. Se envolveu no resgate de músicas e danças tradicionais do Vale, colaborando para a formação do Coral Trovadores do Vale, um projeto que reuniu diferentes expressões culturais, como os cantos dos canoeiros, tropeiros, boiadeiros, lavadeiras, e outros elementos da vida cotidiana e da resistência cultural do povo local (Oliveira; Oliveira, 2021). Seu trabalho, junto a Lira Marques, foi fundamental para a preservação das tradições musicais e das histórias orais do Vale do Jequitinhonha. A partir de uma perspectiva sobre o protagonismo das comunidades locais, pensava a transformação social a partir da valorização local de sua própria cultura.

Em dissonância com o movimento cultural popular, uma racionalidade construída por determinados grupos socioeconômicos (Servilha, 2012), não restritos apenas à elite econômica da própria região, se consolidou a partir do discurso regional, com o objetivo de angariar recursos governamentais destinados a investimentos, muitas vezes na forma de isenções fiscais concedidas pelo Estado, direcionados a empreendimentos produtivos. Este discurso pode ser descrito como uma construção estratégica que visa, simultaneamente, reforçar uma imagem de "necessidade" e "dependência" da região, justificando a implementação de projetos de intervenção desenvolvidos de forma verticalizada. A legitimação dessa abordagem ocorre por meio da produção e disseminação de uma baixa autoestima social, tanto pessoal quanto coletiva, entre as populações locais, o que acaba por validar as ações externas como necessárias e inevitáveis.

Essa racionalidade, caracterizada pela prevalência dos interesses externos, tem sobreposto a realidade da economia local, historicamente sustentada por práticas econômicas pouco monetarizadas. Como aponta Maria Teresa Franco Ribeiro (2012), o campesinato, base da estrutura social e produtiva da região, fundamentava os modos de vida locais, que eram predominantemente agrários e autossustentáveis. A agricultura familiar, principal atividade econômica, garantiu a autonomia das famílias, utilizando a terra e os recursos hídricos disponíveis. Nesse contexto, as trocas comerciais se davam, em grande parte, sem a necessidade de mediação financeira, pois o comércio se realizava por meio de trocas diretas, sobretudo com base em produtos e serviços locais.

Além disso, atividades complementares à agricultura, como o artesanato e o garimpo artesanal, desempenham um papel significativo na geração de renda para as famílias. O artesanato, que se destaca como uma das formas mais representativas de expressão cultural no Vale do Jequitinhonha, não se configura apenas como uma manifestação das riquezas simbólicas, como também é uma importante fonte de sustento. A produção artesanal, com seus diversos estilos e técnicas, revela a relação intrínseca entre a população local e a natureza ao seu redor e é um dos principais elementos que expressam a identidade cultural do Vale, transformando-se em um sentido de resistência e afirmação da cultura regional.

Ainda assim, as políticas públicas que orientaram e continuam a orientar o chamado "desenvolvimento" para a região basearam-se, (in)justamente, nas concepções externas e nas visões de grupos socioeconômicos específicos, com destaque para a elite local. Tais políticas perpetuaram abordagens que, muitas vezes, estavam dissociadas das reais necessidades da população regional. Exemplos disso são as estratégias de combate à seca, em detrimento da adaptação e convivência com o fenômeno, e o enfrentamento da pobreza, que, ao invés de buscar a erradicação efetiva, foram

formuladas com foco no crescimento econômico.

Entre os marcos dessa trajetória, destaca-se a opção pelo monocultivo de eucalipto, implantado na década de 1970, que se tornou uma das principais iniciativas de desenvolvimento regional. Entretanto, conforme evidenciado no Capítulo 3, esse modelo de desenvolvimento não apenas falhou em promover uma verdadeira melhoria nas condições de vida da população, como também aprofundou a pobreza local, ao desalojar comunidades inteiras e inviabilizar práticas produtivas sustentáveis que eram próprias da região. A instalação da Usina Hidrelétrica de Irapé, em 2006, seguiu a mesma lógica de intervenção, sendo impulsionada por promessas de crescimento econômico e progresso, mas, novamente, seus resultados ficaram aquém das expectativas, sem gerar benefícios reais para as comunidades e afetando-as prejudicialmente (Zucarelli, 2006).

Atualmente, a mineração de lítio surge como a mais recente "promessa" de desenvolvimento para a região, compondo o conjunto de grandes empreendimentos e projetos que, paradoxalmente, têm contribuído para o aprofundamento da pobreza local. Nos capítulos seguintes será apresentado que a exploração mineral, embora apresentada como uma solução para o desenvolvimento, tende a seguir o mesmo caminho de outras iniciativas anteriores, resultando em impactos ambientais e sociais negativos, sem que a população local seja efetivamente beneficiada. Esse cenário, portanto, revela que as políticas de desenvolvimento adotadas na região continuam a ser orientadas por interesses externos e por uma visão estreita de progresso, que negligencia a verdadeira autonomia e o bem-estar das comunidades locais.

No contexto das políticas de desenvolvimento, a ideia de redenção do Vale do Jequitinhonha, que mobilizou o termo "Vale da Miséria", constituiu-se como um importante elemento discursivo na legitimação de megaprojetos estatais e privados. Essa concepção, como visto no capítulo anterior, foi construída por olhares externos e por segmentos das elites regionais - com o objetivo principal de angariar recursos governamentais - que passaram a reivindicar a chegada de um desenvolvimento inserido na ideia de progresso.

### **3 Redenção a transição energética: a continuidade dos empreendimentos**

No contexto das políticas de desenvolvimento, a ideia de redenção do Vale do Jequitinhonha, que mobilizou o termo “Vale da Miséria”, constituiu-se como um importante elemento discursivo na legitimação de megaprojetos estatais e privados. Essa concepção, como visto no capítulo anterior, foi construída por olhares externos e por segmentos das elites regionais - com o objetivo principal de angariar recursos governamentais - que passaram a reivindicar a chegada de um desenvolvimento inserido na ideia de progresso.

O progresso como conceito, conforme Le Goff (1996), é eminentemente ocidental e dotado de valores específicos, que implica um sentido de valor. É entendido que a história caminha para um sentido, pressupondo uma linearidade, e é essencialmente positivo. Essa narrativa constrói percepções de regiões em um espaço de carência e atraso, demandando, portanto, intervenção técnica e modernizadora. Especialmente no Vale do Jequitinhonha, conforme Servilha (2012), a modernização não se limitou à mera transformação material e envolveu também a construção de uma hierarquia simbólica que diferenciava o “moderno” do “atrasado”.

Como argumenta Escobar (2007), o discurso do desenvolvimento frequentemente opera como um instrumento de dominação simbólica, produzindo representações que naturalizam a inferiorização de determinadas regiões e populações. A estigmatização de uma região “pobre” e “miserável” reflete a utilização desse instrumento e foi a principal característica que legitimava a inclusão dessas áreas no discurso modernizador. Mais do que isso, reforçou uma imagem de necessidade justificando a implementação de projetos de intervenção orientados de forma verticalizada.

Durante o período de expansão econômica entre as décadas de 1950 e 1970, já se verificava a realização de megaprojetos no Brasil — como a construção de hidrelétricas, rodovias e a modernização da agricultura — que aceleraram a exploração dos recursos naturais. A partir da década de 1970, o Estado brasileiro intensificou sua intervenção no Vale sob a justificativa desse “desenvolvimento” modernizador cuja proposta estava fortemente pautada no crescimento econômico e na integração ao mercado nacional.

A concepção de desenvolvimento aplicada na região do Vale do Jequitinhonha seguiu a mesma lógica identificada por Veiga (1993), que assinala que, ao longo da história, o desenvolvimento tem sido frequentemente interpretado como sinônimo de crescimento econômico e industrialismo. Essa

perspectiva economicista, que privilegia o aumento da produção e da competitividade, estabelece uma visão hegemônica que reconfigura a definição de progresso. Tal abordagem, ao se centralizar em indicadores econômicos e produtivos, tende a desconsiderar outras dimensões do desenvolvimento, como a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a preservação das culturas locais, impondo uma visão unidimensional e excludente do que constitui o progresso.

Compans (1999) demonstra como a lógica desenvolvimentista invisibiliza os saberes locais e impõe formas de apropriação dos territórios que favorecem interesses externos, especialmente os vinculados ao capital global. Particularmente na região, a expressão “Vale da Miséria” reflete essa tentativa de sobrepor a perspectiva local. Os estudos e políticas que recorrem a indicadores genéricos como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), acabam por refletir a crise das elites decadentes, e não a realidade vivida pelas populações locais. É uma abordagem que invisibiliza as especificidades regionais, impondo categorias que não dialogam com a vivência territorial. Conforme Laschefski (2011), os conceitos como território/territorialidade, desenvolvimento, meio ambiente, pobreza, bem público e bem comum são frequentemente utilizados a partir de perspectivas institucionalizadas e externas.

Nesse sentido, durante a aplicação das políticas desenvolvimentistas estatais, a cultura camponesa local, que consolida em grande parte sem a mediação financeira (Ribeiro, 2012), foi sistematicamente marginalizada. Foram implantadas monoculturas de eucalipto e, posteriormente, grandes barragens para a construção de usinas hidrelétricas que não apenas degradaram os ecossistemas, como também enfraqueceram os modos de vida tradicionais. Tais empreendimentos, movidos sobretudo por interesses do capital privado, promoveram intensos processos de expropriação de terras, iniciando-se pelas chapadas e as grotas. De acordo com Luciano e Pereira (2011), é imprescindível compreender a dinâmica dos territórios tradicionais articulados em torno das chapadas e grotas, elementos geográficos e culturais fundamentais à reprodução do modo de vida camponês na região.

As chapadas, caracterizadas como áreas planas e elevadas, sempre foram utilizadas coletivamente pelas comunidades para práticas de extrativismo, criação de animais e coleta de frutos e plantas medicinais. No entanto, a expansão da monocultura do eucalipto, intensificada a partir dos anos 1980, resultou na devastação dessas áreas, restringindo o acesso coletivo à terra, gerando desemprego e agravando os conflitos fundiários, o que fomentou uma forte resistência por parte dos trabalhadores rurais. As grotas, por sua vez, são áreas baixas, férteis e úmidas, tradicionalmente ocupadas por lavradores que ali constroem suas moradias, cultivam alimentos e estabelecem redes

sociais e culturais. A construção de barragens comprometeu essas áreas por meio de alagamentos sistemáticos, afetando não apenas a produção agrícola, mas também o modo de vida camponês, a organização comunitária e a transmissão intergeracional de saberes tradicionais (Luciano; Pereira, 2011).

Mais do que a implementação de um modelo de desenvolvimento industrial e a inviabilização dos modos de vida, o estabelecimento dos megaprojetos na região evidencia um profundo conflito técnico-social, entre o conhecimento técnico e o saber tradicional (Cunha, 2007), expressando as desigualdades sociais e visões opostas sobre o que significa "desenvolver" uma região. Percebe-se uma leitura tecnicista do mundo e hierarquizante entre os saberes. Nesse sentido,

Desconsiderando e desconhecendo a cultura camponesa local, o governo, por intermédio de suas agências representativas, passou a caracterizar a região como "Vale da Morte" ou "Vale da Miséria", sendo divulgada a imagem de uma pobreza absoluta, falsificando a realidade com o propósito de justificar um projeto econômico-social para a região. Com esse discurso, as transformações implantadas por grandes empresas foram justificadas e amplamente subvencionadas pelos governos estadual e federal. Fizeram parte dessa lógica - a do grande capital - dois grandes projetos: 1) as monoculturas de eucalipto, implantadas nas áreas das chapadas, outrora usadas pelos lavradores da região como áreas comuns, e 2) mais recentemente a construção de grandes barragens, que afetou, sobremaneira, o modo de vida desses lavradores (Luciano; Pereira, 2011, p. 213).

Este processo está ligado a um modelo de desenvolvimento reducionista, centrado no crescimento econômico e na integração ao mercado, em detrimento da diversidade cultural e ecológica dos territórios. A noção de progresso tornou-se, de fato, um dispositivo ideológico que sustenta a intervenção estatal e empresarial, legitimando a desestruturação dos modos de vida tradicionais e promovendo uma territorialização funcional ao capital (Federici, 2022).

Os prejuízos desta política ficam evidentes se analisadas em relação aos benefícios concretos para a população local que recorrentemente tem suas especificidades socioculturais e desconsideradas. A imposição desse modelo desenvolvimentista insere, forçadamente, as comunidades na lógica da economia de mercado que inclui os riscos de endividamento, a perda de autonomia, a desintegração de suas práticas culturais e o aumento da dependência do Estado. Conforme Federici, (2022), em última instância esse processo culmina na intensificação da exclusão social.

Os horizontes de lideranças locais revelam a percepção de que a população residente na região reconhece as riquezas existentes no território. A promessa de desenvolvimento promovida pelas políticas públicas, apresenta-se como um processo contraditório. Apesar da abundância de recursos naturais, observa-se que muitas pessoas deixam o Vale do Jequitinhonha por uma ausência de

oportunidades concretas de permanência, como consequência da implantação dos projetos desenvolvimentistas. Boaventura Soares, referência no meio do desenvolvimento rural e agricultura familiar, tem uma crítica direta à gestão pública e à falta de comprometimento com projetos sustentáveis e inclusivos: “Se me perguntar qual é o maior entrave do desenvolvimento do Vale, eu digo são os políticos” (Boaventura Soares, 2011, p. 237). Exploração política essa que também foi denunciada em 1978, pelo jornal *Geraes* (Martins, 2012), conforme resgatado no Capítulo 2.

Soares (2011) ainda destaca que, ao longo do tempo, a possibilidade de o agricultor familiar viver exclusivamente de sua produção foi progressivamente comprometida, sendo substituída por políticas de compensação que, embora apresentem soluções paliativas, não resolvem os problemas estruturais da região. Defende a concepção de que o agricultor familiar também desempenha o papel de empreendedor, ressaltando a urgência de políticas públicas que não apenas reconheçam, como também valorizem o protagonismo local e promovam a verdadeira autonomia econômica no campo. Essa perspectiva faz-se ainda mais relevante em um contexto econômico como o do Vale do Jequitinhonha, com grande população campesina.

É um consenso, entre essas lideranças, que o desenvolvimento humano e social da população deveria ser prioritário, superando abordagens centradas apenas na exploração econômica dos recursos. Decanor Santos, da organização *Cáritas Brasileira*, declarou que os movimentos sociais questionam quais grupos são, de fato, os beneficiários dos projetos de grande porte, como as barragens para a construção de usinas hidrelétricas, indicando que essas iniciativas frequentemente desconsideram os interesses das comunidades locais (Santos, 2011).

Ainda assim, a imposição do velho desenvolvimento, centrado no crescimento econômico, têm prevalecido na estruturação de projetos para a região. Os processos políticos que possibilitaram a implantação dos megaprojetos culminaram na formação do complexo agroindustrial, mais recentemente entendido como um complexo siderúrgico-energético-minerário (Laschefski, 2025), caracterizado por abranger todas as etapas necessárias para a instalação de siderúrgicas, sendo evidentes em áreas como as usinas hidrelétricas, monocultura e atividades de mineração.

Diante das crescentes críticas ao modelo de desenvolvimento modernizador, essencialmente industrialista, outras alternativas vêm sendo consideradas na região. Tal mudança de perspectiva decorre, por um lado, da inegável gravidade da crise climática e, por outro lado, da conscientização por alguns agentes locais de que a política atual tem gerado — e continua a gerar — massivos prejuízos socioambientais. Nesse contexto, a noção de “sustentabilidade”, incorporada por meio de

políticas de descarbonização e transição energética, tem sido introduzida nos discursos e práticas regionais. Como será abordado neste capítulo, há indicativos de que essa nova abordagem tem sido utilizada para favorecer a manutenção de empreendimentos, agora promovidos como socioambientalmente responsáveis.

Atualmente, as monoculturas estão sendo interpretadas como sumidouros de carbono (Laschefski, 2005), as usinas hidrelétricas são apresentadas como sinônimos de energia limpa e a mineração é promovida sob a etiqueta de "verde", como na publicidade da mineradora Sigma Lithium, sendo articulada como uma atividade imprescindível para a transição energética (Sigma Lithium, 2023). São apropriações das políticas de descarbonização, inserindo essas atividades no discurso dominante do “desenvolvimento sustentável”. No entanto, nota-se uma contínua centralidade do discurso econômico a respeito deste conceito, como criticado por Veiga (1993). Esse movimento configura uma nova onda discursiva, em que, sob a justificativa da sustentabilidade, atividades historicamente críticas na região, especialmente no que se refere aos seus impactos ambientais, são reinterpretadas como necessárias para enfrentar os desafios climáticos globais.

### **3.1 O complexo siderúrgico-energético-minerário: eucaliptais, usinas hidrelétricas e mineração**

#### **Monoculturas de eucalipto**

O processo de introdução e intensificação do monocultivo de eucalipto no Vale do Jequitinhonha teve início na década de 1970, no contexto de uma estratégia de desenvolvimento regional centrada na exploração de recursos naturais. Tal política foi impulsionada por grandes empresas do setor siderúrgico e madeireiro, que passaram a ocupar extensas áreas com plantações de eucalipto, muitas vezes estabelecidas em terras anteriormente utilizadas de forma coletiva por comunidades camponesas (Moura, 1988).

O Estado de Minas Gerais, por meio da criação do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, incentivou a implantação de monoculturas de eucalipto com a finalidade de fornecer matéria-prima para o setor de ferro-gusa. Embora o discurso oficial promettesse expressivo crescimento econômico e geração de empregos, graves perdas e desestruturação regional ocorreram do ponto de vista socioambiental. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Regional elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP), a monocultura do eucalipto teve forte impacto negativo na região, desde a privatização de terras camponesas, perda de biodiversidade, escassez hídrica até a geração limitada de empregos. A instituição apontou que, no ano de 1996, eram necessários quase 90 hectares para

gerar um único emprego, com pouca arrecadação de impostos e danos ao meio ambiente e infraestrutura viária.

Um número crescente de estudos científicos — os quais serão descritos e citados ao longo deste capítulo — evidenciou uma redução contínua da diversidade biológica, sobretudo do Alto Jequitinhonha. Entre os principais fatores apontados, destacou-se o avanço do desmatamento do bioma Cerrado, em que a vegetação nativa foi sendo substituída por monoculturas de eucalipto ou áreas de pastagem para criação de gado, a utilização intensiva e desregulada de agrotóxicos próximas a nascentes e o frequente descumprimento da legislação ambiental no que diz respeito à proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs), sobretudo em zonas de encosta de chapadas. Além dos danos ecológicos, há denúncias da emissão de gases tóxicos no processo de carbonização da madeira utilizada na produção de carvão vegetal, contribuindo para a poluição atmosférica e para o agravamento dos problemas de saúde pública nas comunidades locais.

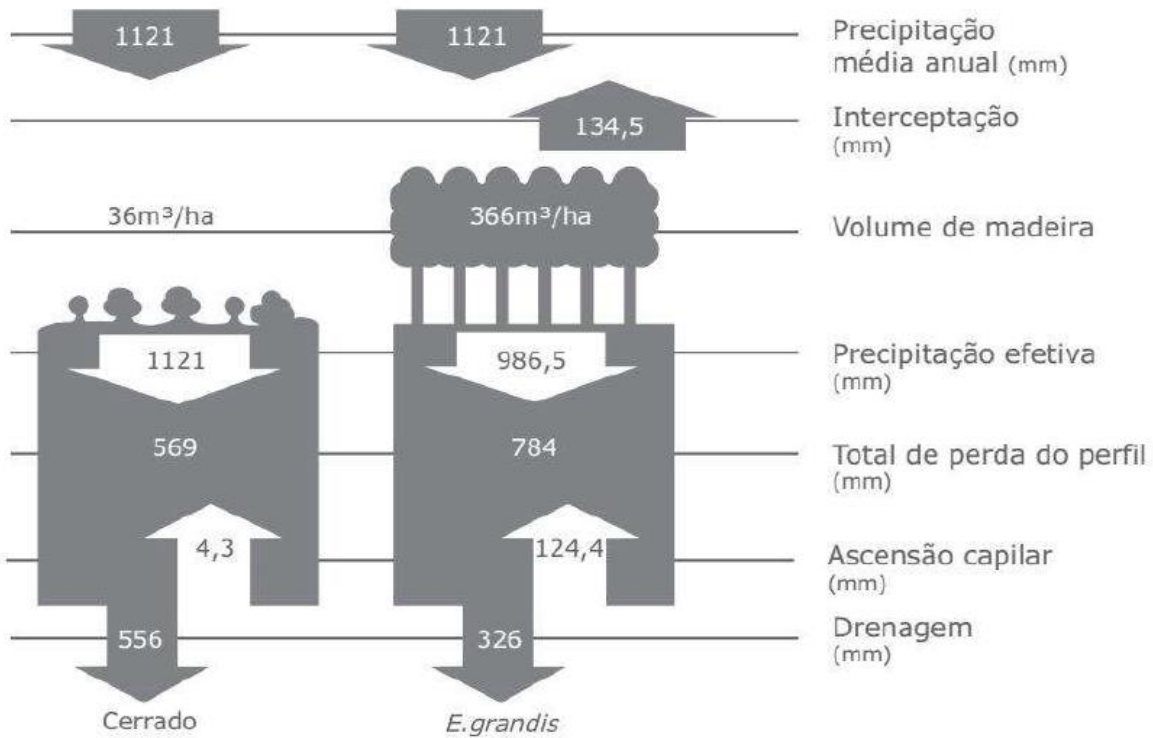
Sobre o ciclo hidrológico da região, o artigo “Metamorfose da Chapada” (Silva *et al.*, 2022) analisou as alterações nas formas de gestão dos recursos da natureza, sua influência sobre a água e seus efeitos para as comunidades rurais. Os resultados indicaram que os maciços de eucaliptos influíram na dinâmica da água, secando mananciais, ocasionando insegurança hídrica em localidades, gerando custos ambientais, culturais e socioeconômicos para as comunidades lavradoras, para o poder público e para a sociedade. Uma redução da infiltração hídrica ocorreu, assim como a diminuição da recarga dos aquíferos e a perda de umidade nos solos, que afetou negativamente a fertilidade das terras e, a longo prazo, a capacidade produtiva dos territórios rurais.

Os resultados obtidos na pesquisa não são surpreendentes ou novidades, sobretudo para as comunidades locais. No estudo de Maltez *et al.* (2016), foi observado que o ressecamento de inúmeras nascentes de água ampliaram a escassez hídrica da região, a poluição de nascentes e rios, a diminuição da vazão hídrica e infiltração de água no solo das áreas de monocultura de eucalipto. Em umas das etapas deste estudo, os pesquisadores realizaram uma comparação entre áreas de vegetação nativa e áreas com eucalipto demonstrando a redução significativa da recarga hídrica, refletindo o que outrora havia sido relatado por agricultores sobre a diminuição do fluxo de nascentes e córregos.

Além disso, estudos como o de Lima (1997 *apud* Laschefski; Zhouri, 2011) também demonstraram, por meio do método de balanço hídrico, que a plantação de eucaliptos reduz a infiltração de água no solo, afetando o ciclo hidrológico e a disponibilidade de água subterrânea. A

conclusão nas pesquisas é nítida: a queda drástica na vazão de rios ocorreu em decorrência do consumo intenso de água por parte dos eucaliptos, afetando a recarga dos aquíferos.

Figura 2: Representação esquemática dos componentes do balanço hídrico do solo em plantações de *Eucalyptus grandis* com idade de 5 anos e de parcela adjacente contendo vegetação de Cerrado



Fonte: Laschefski, Zhouri, 2011, p. 194 baseado em: Lima, 1997.

O eucalipto (*Eucalyptus* spp.), nativo da Austrália, tem um crescimento considerado rápido e ampla adaptabilidade, características que o tornaram uma das principais espécies utilizadas em sistemas de silvicultura comercial. Sua madeira é intensamente empregada na produção de carvão vegetal e, sobretudo, como matéria-prima nas indústrias de papel e celulose.

Em reportagem para a imprensa da Repórter Brasil (Camargos, Fant, 2025), o pesquisador Daniel Montesinos da Universidade James Cook, na Austrália, apontou que essas áreas cultivadas comportam-se, do ponto de vista ecológico, como “desertos”, por não oferecerem suporte adequado à fauna e à flora locais. Montesinos (*apud* Camargos, Fant, 2025) classificou o eucalipto como uma espécie “altamente prejudicial” à biodiversidade, uma vez que grandes extensões de monocultura geram ambientes hostis, comprometendo os processos ecológicos e a diversidade biológica onde são introduzidas. Nesse sentido, embora os eucaliptais se apresentem, visualmente, semelhantes à de florestas naturais, não desempenham o mesmo papel ecológico.

As diversas evidências científicas indicam uma correlação inegável entre a expansão intensiva do monocultivo de eucalipto e a crescente escassez hídrica observada na região do Alto

Jequitinhonha, bem como os inúmeros prejuízos socioambientais e econômicos enfrentados pelas comunidades locais. Apesar da gravidade dos impactos constatados, essa realidade continua sendo sistematicamente negligenciada.

Por um lado, o poder público insiste em minimizar ou ignorar os efeitos negativos desse modelo de uso da terra, muitas vezes em nome de uma suposta modernização produtiva ou geração de emprego. Por outro lado, as empresas responsáveis pela implantação dos eucaliptais se eximem de qualquer responsabilidade ambiental ou social, adotando discursos que desconsideram os saberes locais, os dados empíricos e os alertas de pesquisadores.

Um caso empírico que pode elucidar essa dinâmica são as alegações da empresa Aperam, a maior produtora de eucalipto na região. Em abril de 2025, a empresa negou sua relação com a questão hídrica, alegando que os eucaliptos consomem a mesma quantidade de água das árvores nativas (*apud* Camargos, Fant, 2025). A empresa possui 124 mil hectares no Vale do Jequitinhonha, sendo 76 mil de eucalipto, uma área plantada equivalente à soma dos territórios de Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG). A maior parte dessas terras foi repassada na década de 1970 durante a ditadura militar para uma estatal, a Acesita. Nos anos 1990, a companhia foi privatizada e comprada pelo grupo ArcelorMittal, maior acionista da Aperam. Ainda segundo a reportagem, a madeira obtida é queimada para produção de carvão vegetal, que abastece os altos-fornos da siderúrgica em Timóteo (MG), no Vale do Aço.

A Aperam, ainda que inserida nesse contexto polêmico de intensificação da vulnerabilidade hídrica no Vale do Jequitinhonha, executa iniciativas que são apresentadas sob o rótulo de “sustentáveis”, visando a preservação ambiental e o desenvolvimento regional. Um exemplo é a campanha “Preserve a água: não deixe faltar a vida”, lançada em 2017 pela empresa em alusão ao Dia Mundial da Água, com o objetivo declarado de conscientizar sobre o uso responsável dos recursos hídricos. Como visto, é uma postura extremamente questionável a partir do momento que consideramos o modelo produtivo adotado pela empresa. Nesse sentido, observa-se que é mobilizado discursos ambientais como estratégia de construção de legitimidade institucional, ao mesmo tempo em que se perpetua práticas produtivas associadas à degradação ambiental e à apropriação de recursos naturais em uma região historicamente vulnerável.

Neste setor, há também um extenso histórico da empresa na corrida pela certificação verde. A Aperam BioEnergia, apresenta-se como referência no manejo florestal sustentável e na produção de carvão vegetal a partir de florestas renováveis de eucalipto no Vale do Jequitinhonha. A empresa

adota práticas alinhadas aos princípios do Forest Stewardship Council (FSC) que, embora seja amplamente reconhecido como um certificado de sustentabilidade florestal, recebe profundas críticas por legitimar práticas socioambientalmente questionáveis, sobretudo em países do Sul global. Na prática, têm funcionado como um instrumento de legitimação de empreendimentos industriais e de "maquiagem verde", descolando-se dos princípios de justiça socioambiental que declara defender.

De volta ao legado do monocultivo do eucalipto no Vale do Jequitinhonha foi necessário adaptar práticas e buscar alternativas de abastecimento diferentes dos sistemas de uso coletivo da terra, o que impactou diretamente a produção de alimentos e o abastecimento doméstico. As áreas foram consideradas "sem uso" pelo aparato técnico-burocrático, desconsiderando os modos tradicionais de uso do solo e a importância sociocultural dessas terras para a população local (Calixto *et al.*, 2013). De modo verticalizado, as áreas de uso comum foram substituídas e, inegavelmente, houve uma profunda alteração nos modos de vida a partir da expropriação territorial das comunidades tradicionais, desestabilizando sua autonomia.

Em resposta às adversidades, a resistência e adaptação se refletiu na manutenção de práticas agrícolas familiares e de subsistência (Galizoni; Ribeiro, 2013). As comunidades fortaleceram suas organizações em sindicatos, associações e igrejas para construir novas soluções de captação e armazenamento de água, incluindo ações como a construção de caixas d'água, poços artesianos e tanques para captação da chuva. Em casos de plantações de eucalipto que ocupam terras devolutas, a observação de contratos sendo expirados, abriu possibilidades para reverter seu uso em prol de atividades com maior retorno social e ambiental para as comunidades camponesas (Maltez *et al.*, 2016).

A implementação e expansão do monocultivo de eucalipto no Vale do Jequitinhonha, de fato, representa uma das faces mais evidentes das limitações das políticas de desenvolvimento regional adotadas. Conforme analisado pela Fundação João Pinheiro (2017), a ocupação territorial da região expressa um modelo tecnocrático de planejamento, descolado das dinâmicas e necessidades da região. Neste período, a expansão econômica se deu, sobretudo, pela destruição de ecossistemas nativos, cuja cobertura florestal foi sendo substituída por monoculturas para o abastecimento da produção de ferro.

Embora promovido sob a promessa de desenvolvimento, este megaprojeto revelou um prejuízo profundo aos recursos hídricos e, conseqüentemente, sobre os modos de vida das comunidades

(Maltez *et al.*, 2016). O legado, ainda vigente, reflete as marcas de acentuação da escassez de água diante do esgotamento hídrico.

### **UHE Irapé e UHE Itapebi**

A instalação de usinas hidrelétricas no Vale do Jequitinhonha constitui outro exemplo emblemático da lógica desenvolvimentista que permeou as políticas de infraestrutura no Brasil a partir da segunda metade do século XX. A execução de obras de infraestrutura hídrica intensificou-se a partir do final da década de 1980, impulsionada pela expansão das monoculturas e pela priorização de megaprojetos voltados à geração de energia. Assim como os eucaliptais, essas iniciativas foram justificadas por meio do discurso da modernização regional e da necessidade de atender às demandas da industrialização nacional (Servilha, 2012), com foco na produção de energia direcionada à exportação e ao suprimento dos grandes centros urbanos. No entanto, tais empreendimentos resultaram em profundas transformações em que, especialmente, os modos de vida camponeses foram desestruturados.

Entre as consequências mais impactantes destacam-se o alagamento de áreas produtivas localizadas nas grotas - áreas baixas, férteis e úmidas, tradicionalmente ocupadas por lavradores que ali constroem suas moradias, cultivam alimentos e estabelecem redes socioculturais - as desapropriações compulsórias acompanhadas de indenizações insuficientes e os reassentamentos precários. Em muitos casos, os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) negligenciaram os saberes tradicionais das comunidades locais, tratando-as como populações rurais “genéricas” e ignorando suas especificidades culturais e históricas (Laschefski; Zhouri, 2011; Laschefski, 2011). Os diversos projetos hidrelétricos na região ilustram a recorrência de práticas como a desvalorização das terras, a oferta de compensações insuficientes e a imposição unilateral de decisões (Luciano; Pereira, 2011).

É relevante ressaltar a mobilização social em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Irapé, cujo processo culminou na celebração de um acordo inédito mediado pelo Ministério Público. Localizada no Rio Jequitinhonha, a UHE Irapé foi projetada com o propósito de expandir a capacidade de geração de energia elétrica. A sua implementação implicou o deslocamento compulsório de aproximadamente 1.200 famílias residentes em sete municípios distintos (Laschefski; Zhouri, 2011). Entre os grupos diretamente atingidos - conceito adotado em estudos técnicos de modo extremamente limitado, conforme Vainer (2008) -, destaca-se a remoção forçada da população pertencente ao único quilombo oficialmente reconhecido em Minas Gerais à época, o

quilombo de Porto Coris, evidenciando a intensificação de vulnerabilidades históricas e o desrespeito a direitos territoriais assegurados constitucionalmente.

A instalação de empreendimentos hidrelétricos implica uma multiplicidade de efeitos socioambientais, os quais são experienciados de forma diversa pelos distintos segmentos sociais envolvidos. Em geral, os agentes públicos e as empresas concessionárias recorrem a parâmetros técnicos — como os definidos pela Resolução CONAMA n.º 357/2005 — com o intuito de mitigar os danos socioambientais. Todavia, os critérios frequentemente se mostram insuficientes para abarcar a complexidade das vivências das populações diretamente afetadas por essas intervenções.

No caso da UHE Irapé, moradores da região denunciaram a deterioração da qualidade da água após o enchimento do reservatório, relatando a presença de odores desagradáveis, manchas em roupas e rejeição da água por animais, comprometendo sua potabilidade e utilização cotidiana. Conforme apontado por Laschefski e Zhouri (2011), houve um descompasso entre os pareceres técnicos oficiais — que classificavam a água como "de boa qualidade" — e os relatos da população local, que evidenciavam prejuízos perceptíveis em seu dia a dia, revelando, assim, um conflito entre saberes técnicos e conhecimentos populares sobre o meio ambiente.

O processo de construção da usina foi caracterizado por intensa resistência das comunidades impactadas, o que levou à formação da Comissão dos Atingidos, com o apoio de organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Campo-Vale (Luciano; Pereira, 2011). Essa mobilização resultou na elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), considerado referência no contexto latino-americano pela tentativa de reparação dos danos socioambientais. Entretanto, a efetivação das medidas previstas no TAC revelou-se limitada, sendo alvo de críticas quanto à sua efetividade e ao não cumprimento das compensações acordadas (Zucarelli, 2006). Como consequência, novas perdas socioambientais e econômicas foram impostas às populações atingidas.

O conjunto desses acontecimentos revela, ainda na virada do século XX para o XXI, a urgência de uma revisão crítica dos modelos vigentes de licenciamento ambiental, planejamento territorial e participação social em grandes projetos de infraestrutura. Frequentemente, estes processos se moldam às exigências dos próprios empreendimentos em detrimento dos direitos das populações atingidas (Zucarelli, 2006). Conforme Laschefski (2011), no caso do Jequitinhonha, os diagnósticos que são apresentados pelas empresas sobre a região, com dados genéricos como PIB e o IDH, refletem a miséria das elites decadentes que é distinta da vivência da população em geral.

A Usina Hidrelétrica de Itapebi, situada no rio Jequitinhonha, foi classificada como empreendimento de porte médio e de impacto ambiental considerado moderado. No entanto, sua implementação implicou consequências socioambientais expressivas. A criação do reservatório ocasionou a supressão de vegetação nativa, modificações na dinâmica hidrológica do rio e prejuízos à biodiversidade local. Comunidades ribeirinhas e rurais diretamente atingidas também experimentaram deslocamentos forçados, comumente realizados sem o devido acesso a políticas de reassentamento adequadas ou a compensações justas. A retórica institucional de "baixo impacto" atribuída ao empreendimento desconsiderou os efeitos concretos sofridos por populações em situação de vulnerabilidade (Alves, 2019), evidenciando a urgência de ampliar a participação social nos processos de licenciamento ambiental.

Conforme argumenta Venícios Alves (2019), as populações atingidas pela barragem organizaram-se por meio de ações coletivas de resistência, que envolveram manifestações públicas, articulações com movimentos sociais — como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Mulheres Atingidas por Barragens (MMAB), a Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa e a Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa —, além de negociações diretas com o Estado e com a empresa responsável pelo empreendimento.

A mobilização social denunciou os impactos negligenciados pela atuação empresarial e buscou assegurar direitos historicamente desconsiderados, tais como o acesso à terra, à moradia e à reparação econômica e social. As alterações provocadas no modo de vida das comunidades — tradicionalmente estruturadas a partir da pesca, da agricultura familiar e de relações simbólicas com o território — foram profundas. A atuação dos atingidos revelou a fragilidade dos mecanismos institucionais de participação e escuta, demonstrando que os processos decisórios relacionados a grandes projetos de infraestrutura frequentemente marginalizam as vozes das comunidades diretamente impactadas (Alves, 2019).

Neste contexto, é igualmente relevante destacar a permanência destes conflitos socioambientais. A Associação das Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB), fundada em 2001 e sediada no município da foz do Rio Jequitinhonha, tem denunciado a atual dinâmica de gestão e operação da Usina Hidrelétrica de Itapebi (UHE Itapebi), especialmente no que se refere à vazão de turbina, que afetam diretamente a atividade pesqueira local. Segundo a entidade, em um encontro com a equipe do projeto Rio Lilás, do qual estive presente, no mês de março de 2025, a UHE Itapebi compromete significativamente a capacidade produtiva das atividades pesqueiras na região.

Figura 3: Marisqueira realizando a coleta de pescado



Fotos: Nathália Segato / acervo do Projeto Rio Lilás, 2025.

Os relatos das marisqueiras e pescadoras da região incluem a percepção de redução na oferta de pescado e o desaparecimento de espécies de águas profundas, anteriormente comuns no local. A comunidade pesqueira de Belmonte não é contemplada pelos programas de compensação ambiental da usina, apesar das evidentes afetações. Tal exclusão contradiz estudos recentes (Villalba; Gonçalves, 2024), os quais demonstram que os efeitos de empreendimentos hidrelétricos se estendem até a foz do rio, afetando direta e indiretamente os ecossistemas e as populações ribeirinhas locais.

### **Mineração**

Como apresentado no Capítulo 2, a história da mineração no Vale do Jequitinhonha remonta ao século XVII, quando a região passou a ser explorada pelos bandeirantes em busca de ouro e pedras preciosas, como diamantes, turmalinas e topázios. Os nomes dos municípios de Minas Novas, Diamantina, Turmalina e Berilo são exemplos que evidenciam a relevância da atividade mineral na identidade regional imposta. Essa atividade marcou profundamente a conformação econômica e social do território, consolidando-se como um dos primeiros ciclos econômicos articulados à lógica extrativista da colonização portuguesa no interior do Brasil (Carvalho, 2010).

Durante o ciclo colonial, a riqueza mineral extraída na região foi fundamental para o acúmulo de capital na metrópole, tendo como base o trabalho escravizado da população negra, sobretudo de origem africana. Essa fase deixou profundas marcas de desigualdade social, que se perpetuam até os dias atuais, a exemplo da questão anteriormente apontada - Capítulo 2 - sobre a identidade quilombola. De acordo com Porto-Gonçalves (2021), embora tenha havido períodos de declínio na atividade, o território continuou sendo alvo de interesses ligados à exploração mineral, revelando uma recorrência histórica de práticas extrativistas com baixos níveis de reinvestimento local.

A partir do início do século XXI, houve uma nova intensificação da mineração na região, desta vez voltada à extração de metais considerados estratégicos para as tecnologias de transição energética, como aço, nióbio e o lítio. Conforme Laschefski (2025), essa nova fase de mineração se insere em um contexto global de demanda por matérias-primas para a indústria tecnológica e energética, reposicionando o Vale do Jequitinhonha como uma fronteira mineral relevante no cenário nacional e internacional.

Os ciclos de mineração somam-se aos demais megaprojetos já estabelecidos, reafirmando a consolidação de um complexo siderúrgico-energético-minerário na região. Esse arranjo representa uma pressão adicional sobre os territórios, não apenas aprofundando passivos históricos, bem como reproduzindo e ampliando danos socioambientais, que são abordados no Capítulo 5 com foco na mineração de lítio.

### **A totalidade dos megaprojetos**

O conjunto da operação dessas atividades estabelece o complexo siderúrgico-energético-minerário no Vale do Jequitinhonha. Em todos os casos analisados há um prejuízo direto aos recursos naturais que são fundamentais para a autonomia e reprodução de diversas populações, especialmente no que se refere à terra e às águas. As populações de lavradores, camponeses, pequenos produtores rurais e trabalhadores informais, estão entre os grupos mais vulneráveis a esses impactos, uma vez que dependem diretamente dos recursos naturais para sua autossuficiência, segurança alimentar e reprodução sociocultural.

Enquanto os projetos desenvolvimentistas foram, e parecem continuar sendo concebidos com base em racionalidades distintas das locais (Cunha, 2007), pelo viés técnico-econômico, as comunidades vivenciam, de maneira direta, os efeitos concretos dessas intervenções: degradação da qualidade da água, perda de biodiversidade, comprometimento de recursos naturais e restrições à sua autonomia socioterritorial. A ausência de participação efetiva das populações atingidas nas fases de planejamento e execução dos empreendimentos evidencia não apenas um *déficit* democrático e a persistência de um modelo de desenvolvimento que desrespeita as realidades ecológicas e sociais (Laschefski e Zhouri, 2011).

Como destaca Maristela Svampa (2013), os grandes projetos de infraestrutura, não são apenas iniciativas de desenvolvimento, mas também mecanismos de controle e exploração dos recursos naturais, que exacerbam as desigualdades e aprofundam a marginalização das populações locais. As implicações desse modelo são particularmente críticas no Vale do Jequitinhonha, por ser uma região

situada no sertão mineiro – como apresentado no Capítulo 2 – e marcada historicamente pela vulnerabilidade socioambiental decorrente do estabelecimento desse complexo siderúrgico-energético-minerário.

Os megaprojetos refletem uma política verticalizada que, longe de promoverem um desenvolvimento equitativo e inclusivo, inserem-se em uma lógica de apropriação e controle dos bens comuns à medida que inviabilizou, sobretudo, a ocupação de terra e os usos da água tradicionalmente coletiva. Esse processo resulta em impactos ambientais e sociais significativos, inserindo as comunidades afetadas a uma condição de invisibilidade e vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que perpetua uma visão reducionista e instrumental da natureza.

### **3.2 O polo para a descarbonização: sumidouros de carbono, hidrogênio “verde” e lítio “verde”**

É perceptível um movimento de reconfiguração dos megaprojetos desenvolvimentistas - industrialistas por essência - como as monoculturas, as usinas hidrelétricas e a mineração, sendo impulsionada pela narrativa das políticas de descarbonização e transição energética aliadas ao “desenvolvimento sustentável”. O modelo de produção destes setores, comprovadamente associadas à degradação ambiental, está sendo sistematicamente legitimadas por agentes públicos e pelo capital privado como importantes para um futuro “verde”. Outrora estes setores estivessem em uma onda de críticas pelos consequentes danos provocados, os sóbrios sobre a proporção dos danos passaram a classificar estas atividades como "um mau necessário" até recentemente.

Tal movimento pode ser entendido a partir das análises de Antonelli (2009), sobre a condição de inexorabilidade e da naturalização do paradigma extrativista nos territórios. Para analisarmos criticamente esse modelo de extração, é importante incluir o conceito de extrativismo, cunhado e consolidado no pensamento latino-americano como uma ferramenta teórica para denunciar e problematizar a exploração em larga escala dos recursos naturais. Conforme Gudynas (2009), este conceito questiona os modelos de desenvolvimento capitalista e estatal que, historicamente, têm gerado danos ambientais, acentuado desigualdades sociais e promovido a erosão de saberes e práticas culturais locais.

Nesse sentido, o extrativismo não deve ser compreendido apenas como um conjunto de atividades econômicas baseadas na retirada de recursos naturais, mas como uma lógica sistêmica que envolve cadeias de expropriação simultaneamente sociais, econômicas e ecológicas. Gudynas (2009) observa uma institucionalização de políticas públicas que favorecem a exploração mineral

atua como um mecanismo de sustentação e legitimação dessa lógica, contribuindo para a sua consolidação como algo naturalizado, inevitável e, muitas vezes, como única alternativa viável de desenvolvimento.

Neste mesmo cenário, da mineração, enquadram-se os demais modelos extrativistas presentes no Vale do Jequitinhonha que são refletidos nos megaprojetos. O setor tem sido pioneiro na publicidade da atividade como “sustentável”. Ao se observar os processos de mobilização social — como as audiências públicas (ver Capítulo 4) — evidencia-se que o pathos coletivo (Antonelli, 2009) está profundamente entrelaçado às emoções e aos engajamentos afetivos da população local, compondo uma dimensão subjetiva essencial da disputa por territórios e modos de vida.

Atualmente, está em curso uma tentativa de reconfiguração discursiva destes modelos de produção vigentes, que outrora foram reconhecidos como depredadores. Tal reconfiguração ocorre por meio da incorporação de uma retórica semelhante aos discursos de sustentabilidade explorados por Acsehrad (1999), que busca atribuir legitimidade ambiental a práticas tradicionalmente associadas ao industrialismo predatório. Assim, as atividades extrativas passam a ser recobertas por uma nova roupagem — dita “verde” — ainda que mantenham, em sua essência, a lógica de exploração intensiva dos territórios e de mercantilização da natureza. Sobre os megaprojetos na região, Laschefski (2025) sintetiza:

O imenso mosaico de monoculturas em expansão - composto por plantações de eucalipto e agrocombustíveis, minas, usinas hidrelétricas, gigantescos parques eólicos e solares - agora está sendo lido como paisagens climáticas e de desenvolvimento sustentável, de acordo com a superestrutura ideológica dessa modernização ecológica de usos da terra altamente problemáticos (Laschefski, 2025).

Nesse cenário, a ordem político-ideológica que durante décadas promoveu o crescimento econômico baseado na exportação de commodities, ocasionando a reprimarização das economias latino-americanas, parece aderir ao consenso da descarbonização (Bringel; Svampa, 2023). Surge, portanto, o chamado “extrativismo verde”, entendido como o deslocamento discursivo e operacional do extrativismo tradicional para uma nova fase voltada à produção de tecnologias supostamente sustentáveis, incluindo a transição energética, com ênfase na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), como o dióxido de carbono.

Esta lógica inclui também a ideia de modernização ecológica (Guha; Martínez Alier, 1999), dominante nas agendas climáticas globais, que falha ao desconsiderar a interdependência entre sistemas energéticos e a complexidade socioambiental dos territórios. A crença na inovação tecnológica como solução universalizada para a crise climática desvia o foco das transformações

estruturais necessárias e das responsabilidades históricas das nações industrializadas. Contudo, conforme Fressoz (2024), há uma contradição estrutural nesta proposta: os sistemas energéticos são co-dependentes. Isto significa que a produção das chamadas “tecnologias verdes”, green techs, dependem da exploração de recursos não-renováveis que contradizem a proposta de uma produção limpa e verde.

Cabe ressaltar que o extrativismo, ainda que revestido de verde, funciona como uma das expressões materiais da colonialidade, ao manter relações assimétricas entre centros de consumo e periferias de produção, entre o Norte global e os territórios indígenas, quilombolas e camponeses que resistem à expropriação. Autores como Eduardo Gudynas e Maristella Svampa têm sublinhado que o extrativismo é também um projeto político-cultural, que impõe uma visão de mundo utilitarista, antropocêntrica e desenvolvimentista. Dessa forma, o contexto em que o Vale do Jequitinhonha é inserido a partir da continuidade dos megaprojetos não resume-se às extrações, mas um território de disputa simbólica e política. O projeto em curso para a região é de permanência dos megaprojetos que forneçam suprimentos para esta chamada descarbonização e transição energética “verde”.

### **Eucaliptais -> sumidouros de carbono**

Os desertos verdes produzidos pela monocultura do eucalipto, além do enquadramento na certificação verde (Laschefski, 2005), tem sido acompanhada por sua inserção na esfera dos sumidouros de carbono. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), sumidouros de carbono são sistemas naturais ou artificiais capazes de absorver mais dióxido de carbono da atmosfera do que emitem - gás que liberado em grandes quantidades contribui para o aquecimento global - .

O eucalipto, assim como diversas outras espécies vegetais, realiza a fixação de CO<sub>2</sub>. Contudo, essa perspectiva, de incluí-lo como um potencial sumidouro, desconsidera o contexto em que é cultivado, conforme discutido no início deste capítulo. Mais do que isso, a principal destinação da produção brasileira de eucalipto é a fabricação de carvão vegetal — um dos combustíveis fósseis não renováveis mais poluentes. Tal uso estabelece uma ligação direta com a geração de energia nas indústrias siderúrgicas, sobretudo na produção de aço, aproximando os eucaliptais das atividades mineradoras. Desse modo, a análise retorna ao complexo siderúrgico-energético-minerário à qual o Vale do Jequitinhonha está submetido.

A incorporação dos eucaliptais à lógica da sustentabilidade e sua promoção como alternativa de sequestro de carbono não apenas ignora as especificidades da região, como também silencia as denúncias históricas e atuais - como apresentado no Capítulo 4 - das populações afetadas por esses empreendimentos, sobretudo no que diz respeito aos ciclos hidrológicos da região. Evidências científicas, discutidas no Capítulo 3, comprovam os impactos negativos. Nesse sentido, o enquadramento das plantações de eucalipto como sumidouros de carbono, descolado da realidade socioambiental local, revela-se incoerente e insustentável.

### **Usinas hidrelétricas -> energia “limpa” para a produção de hidrogênio verde**

As usinas hidrelétricas, historicamente problematizadas devido aos prejuízos socioambientais, de modo geral, ainda são interpretadas como fontes de energia limpa, por fazer uso de um recurso renovável - as águas - e devido ao baixo impacto de emissões de gases de efeito estufa. No entanto, como descrito no tópico “UHE Irapé e UHE Itapebi” deste capítulo, os prejuízos sociais, ambientais e econômicos, desde o deslocamento compulsório de comunidades, a alteração de ecossistemas aquáticos e a criação de economias de enclave são efeitos que revelam uma controvérsia: a insustentabilidade.

O hidrogênio “verde” está sendo uma das apostas das políticas globais de descarbonização, como alternativa de energia renovável. Essa forma de energia pode ser aplicada em diversos setores, como a indústria, o transporte e o armazenamento energético (De Lara; Richter, 2023). A sua produção ocorre por meio da separação do elemento químico hidrogênio de outras substâncias, contudo, esse processo demanda elevado consumo de energia elétrica, o que torna a escolha da matriz energética utilizada nesse processo um fator crucial. Embora as fontes solar e eólica sejam frequentemente mencionadas como alternativas sustentáveis, sua periodicidade — resultante da dependência das condições climáticas, disponibilidade de luz solar e ventos — limita sua capacidade de fornecimento contínuo.

Nesse contexto, as usinas hidrelétricas (UHEs), especialmente as dotadas de reservatórios, têm ganhado destaque como fontes de energia estável para suprir a demanda necessária à produção de hidrogênio “verde”. Segundo a Revista Brasil Energia (Santos, 2023), a expansão da produção em larga escala de hidrogênio verde irá exigir a construção de novas hidrelétricas com reservatórios. Tal perspectiva sugere, ainda, a intensificação das operações das usinas hidrelétricas atualmente em funcionamento.

Particularmente no Vale do Jequitinhonha, esse cenário — onde comunidades locais já enfrentam conflitos recorrentes associados à implantação deste megaprojeto —, configura uma nova onda de pressões e ameaças socioambientais. Como discutido no capítulo anterior e reafirmado pelos dados da pesquisa qualitativa a ser apresentada no Capítulo 4, tais impactos se evidenciam de forma ainda mais crítica no que se refere à dinâmica hídrica da região.

### **Mineração -> mineração “sustentável” e o lítio “verde”**

Embora a mineração seja amplamente criticada por seus impactos socioambientais negativos, ela tem sido paradoxalmente promovida como elemento central para um futuro "sustentável". Esse setor tem sido reconfigurado discursivamente como indispensável à viabilização da chamada transição energética global. Em especial, centralizam a demanda em relação à extração de minerais considerados estratégicos para tecnologias de energia renovável, como baterias de íon-lítio e demais componentes associados a fontes supostamente limpas de energia.

Dentre esses minerais, o lítio se destaca como o principal insumo voltado à produção de veículos elétricos, configurando-se como recurso-chave nesse processo de reestruturação. A importância estratégica do lítio foi intensificada por diretrizes recentes da União Europeia, que, em 2022, estabeleceu uma política ambiciosa de eletrificação da mobilidade urbana, prevendo a proibição da comercialização de novos veículos movidos a combustíveis fósseis a partir de 2035 (Abnett, 2022).

No Brasil, especificamente em Minas Gerais, essa dinâmica global encontra ressonância local com a iniciativa denominada “Vale do Lítio”, lançada em 2023 pelo governador Romeu Zema. A proposta pode ser compreendida como uma resposta regional ao mercado extrativista impulsionado pela transição energética. Nesse contexto, o Vale do Jequitinhonha passa a ocupar posição central, com 14 de seus municípios incluídos na referida política. O próprio governador tem se referido à região como “Vale do Lítio”, indicando uma tentativa de reconfigurar a identidade territorial local a partir da lógica da mineração voltada à economia “verde”.

A sobreposição do nome que remete a bacia hidrográfica “Jequitinhonha” por “Lítio” é simbólica e compõe um contexto de disputa. Como discutido no Capítulo 2, a historiografia mineira tem uma tendência a centralizar a atividade mineral, deixando de lado as demais facetas da ocupação territorial, que são cruciais para compreender o processo de colonização. Assim como as políticas da Coroa Portuguesa, no período colonial, em que as políticas para o Vale do Jequitinhonha se intensificaram durante o ciclo do ouro, o atual plano do poder estadual em relação ao lítio enquadra-se nesta lógica, tendo traços de uma neocolonialidade. O poder público, na figura do governador,

tem nomeado a região conforme seus interesses econômicos e utilitaristas, ignorando em totalidade a história de cultural e identitária, de forte pertencimento, da região.

De acordo com o monitoramento dos processos minerários realizado por Oliveira e Sulzbacher (2024), houve um aumento aproximado de 681% do número de processos minerários na mesorregião do Jequitinhonha. Entre 1935 e 2000, foram realizados 644 processos, enquanto entre 2001 e abril de 2023, 5.032 processos. O total de empresas atuando na região têm crescido exponencialmente, assim como as solicitações de licenciamento. A denúncia do avanço de terras e, de modo geral, conflitos socioambientais também têm aumentado, conforme apresento no Capítulo 5. Nesse sentido, as lógicas que norteiam este megaprojeto, ainda que revestida de “verde” apresenta-se sistematicamente idênticas ao modelo industrialista estabelecido na região.

### **A continuidade dos megaprojetos sob a roupagem verde**

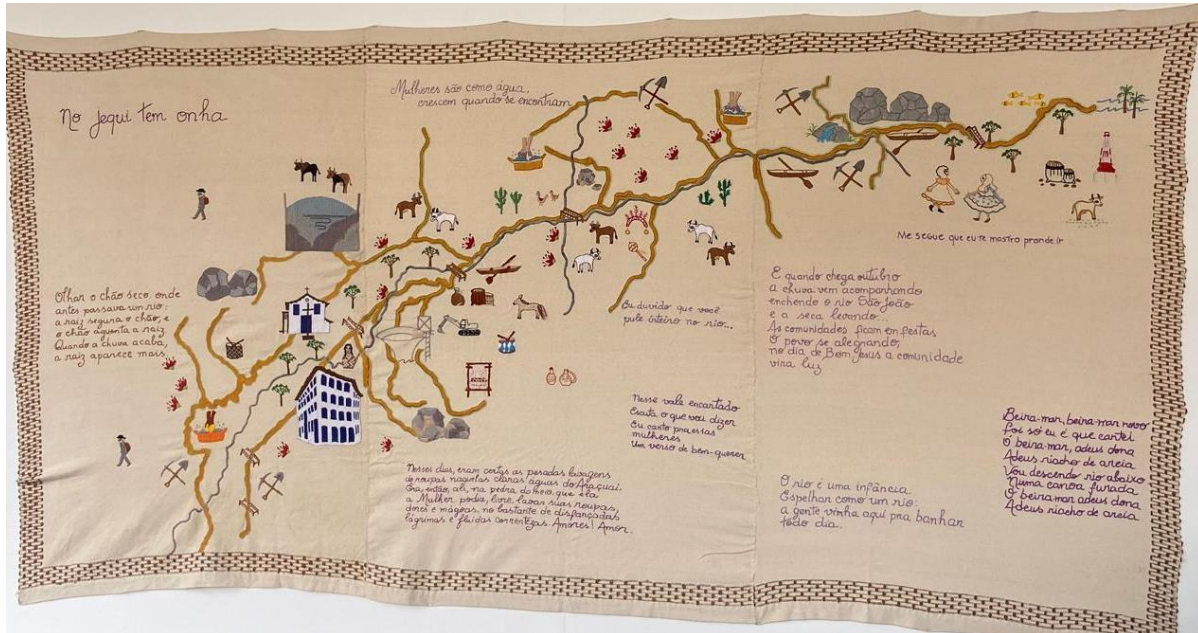
De modo geral, ao serem incorporadas ao vocabulário da sustentabilidade, essas práticas são recontextualizadas de forma a responder às demandas contemporâneas do mercado global que supostamente concilia preservação ambiental e o desenvolvimento econômico, mas sob a mesma lógica de consumo e produção que nos inseriu na crise climática atual. A forma de implementação dessa política reproduz, em grande medida, os mesmos padrões do antigo modelo industrialista.

Percebe-se uma nova roupagem para um velho "inimigo" das comunidades locais, que são majoritariamente camponesas/rurais cujos modos de vida são drasticamente diferentes do que o desenvolvimento industrialista é capaz de proporcionar. O mesmo desenvolvimento da época de redenção que prometeu o progresso no Vale do Jequitinhonha, em que colocava a região em posição de atraso e pobreza. O mesmo desenvolvimento que provocou uma intensificação das desigualdades socioeconômicas locais. O mesmo desenvolvimento que compulsoriamente inseriu comunidades em economias da lógica do capital, em que se paga por tudo que se consome, e gerou consequentemente a perda de sua autonomia.

Os danos desse cenário podem ser nitidamente enxergados no contexto de vulnerabilidade hídrica da região, que será apresentado no capítulo seguinte. As tensões se expressam na disputa entre os interesses corporativos e estatais por acesso aos recursos naturais e a resistência das populações locais. Caso a tentativa de enquadrar estes megaprojetos no contexto de sustentabilidade seja bem sucedida, as expectativas são de permanência da dinâmica de saque e violação de direitos socioambientais. Esta proposta de transição energética, na prática, não rompe com os fundamentos do paradigma extrativista, apenas os recodifica em uma linguagem de inovação e sustentabilidade.

## 4 Perspectivas e conflitos pelas águas

Figura 4: Bordado da Bacia do Rio Jequitinhonha realizado na esfera do Projeto Rio Lilás<sup>1</sup>



Fonte: registrada pela autora, 2025.

Por ser uma região semiárida e de população majoritariamente rural, com base econômica na agricultura familiar, as águas são mais do que importantes para a população e para a vida no Vale do Jequitinhonha. Enquanto Vale da Cultura, é perceptível a influência cultural e de pertencimento que os rios têm na história das pessoas. Ancestralmente, as comunidades que vivem nesses territórios desenvolveram técnicas para a convivência com a seca sazonal, sendo esta uma característica que não é limitante para a reprodução social e riqueza de quem vive ali. As razões para que a população se encontre, mais recentemente, nessa situação contínua de vulnerabilidade hídrica, que é refletida na dependência de políticas públicas, são outras. Neste capítulo, um caminho sobre as águas da região, dos afetos ao uso, a partir do ponto de vista de moradores, será apresentado.

Os relatos utilizados nesta análise estão na esfera do Projeto Rio Lilás: a gestão das águas pelas mulheres no Vale do Jequitinhonha - identidade, capacitação e integração que, para uma caracterização qualitativa, realizou 38 entrevistas em profundidade sobre a temática de água e gênero. Foram entrevistadas 30 mulheres, 4 homens e 4 coletivos, no ano de 2022. Cabe neste ponto relembrar, conforme detalhadamente abordado no tópico de metodologia, que a escolha por este acervo de dados primários, com um recorte de gênero, foi estrategicamente pensado para alinhar-se

<sup>1</sup> 14 bordadeiras do Alto, Médio e Baixo estiveram envolvidas neste trabalho, definindo quais elementos seriam mais importantes de serem representados ao longo da bacia hidrográfica.

com os princípios de conservação ambiental que deve caminhar a partir do “olhar da mulher” (Declaração de Dublin, 1992).

#### 4.1 Histórico de escassez hídrica

Diante dos relatos da íntima relação das entrevistadas com os rios durante a infância, foi possível ter o entendimento de que a realidade de vulnerabilidade hídrica na região, caracterizada pela diminuição da qualidade, quantidade e acesso à água, que compõem o regime fluvial, é recente. Mas antes disso, é interessante dar visibilidade à perspectiva dos rios como elementos vitais, em há um vínculo simbólico e espiritual com as fontes hídricas da região, constituindo-se como um patrimônio afetivo de grande valor cultural.

*O Rio Jequitinhonha é o grande elemento místico que articula toda essa região. Então, nesses termos, a gente sempre está fazendo referências ao Rio, a essa entidade que nos dá sentido e força aqui no Vale. (Entrevistado ceramista e professor de história, do município Padre Paraíso, 2022).*

Dentre falas de destaque, é evidenciado uma relação pessoal profunda com a água, transcendendo a simples necessidade de consumo. É refletida sua centralidade na vida cotidiana, como também as memórias que remontam ao tempo em que as pessoas buscavam a água diretamente da fonte, a consciência sobre a qualidade e a sensação de autonomia:

*Quando a gente tem a oportunidade de ir no local natural, pegar a quantidade de água que você necessita, olhar a qualidade, qual que adequa para cada tipo de uso em casa, é sofrido porque você tem que colocar na cabeça e carregar, mas, pelo menos, você está pegando algo consciente, direto da natureza, então tem o lado positivo, que é esse, você escolher. Eu lembro que meus pais, eles tinham a cacimba onde buscavam a água para beber e cozinhar e onde buscavam água para outros tipos de uso. (Entrevistada quilombola, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada do Norte, membro da Associação Comunitária União Quilombola do Córrego do Rocha e da COQUIVALE<sup>2</sup>, do município de Chapada do Norte, 2022).*

A relação com os rios, córregos e nascentes é profundamente enraizada na cultura do Vale, fazendo parte da memória coletiva e da experiência de crescer na região. A afetividade manifestou-se de maneira evidente nos relatos, nos quais são descritos diversos usos da água, abrangendo a realização de atividades cotidianas essenciais como lavar roupas, utensílios, banhar-se, a pesca, o garimpo artesanal e a prática de atividades recreativas. As descrições das histórias são acompanhadas de um saudosismo e comparam, de modo inevitável, a disponibilidade de água no passado em relação aos dias atuais. O retorno ao presente protagoniza as limitações impostas pela falta de acesso a ela.

---

<sup>2</sup> COQUIVALE-Comissão das comunidades quilombolas do Vale Jequitinhonha.

*Minha maior saudade é do choro da água, muita fartura, muito peixe. A gente tinha de tudo que a gente precisava na comunidade e hoje a gente tem que fazer muito esforço para ter alguma coisa, porque a água faz muita falta para nós.* (Entrevistada quilombola, bordadeira, do município de Jenipapo de Minas, 2022).

*Nós tinha tudo o que nós precisava na comunidade, nós só comprava sal e quem tinha coragem de plantar, colhia, tinha horta, tinha banana, tinha laranja. Nós tínhamos um pomar enorme, tinha tudo que nós queria. Hoje em dia lá não tem mais nada, porque a gente não tem recurso de manter as plantas.* (Entrevistada quilombola, bordadeira, do município de Jenipapo de Minas, 2022).

A maioria das entrevistadas compartilhou relatos detalhados sobre suas experiências passadas, quando precisavam buscar água diretamente em rios. Embora esse processo envolvesse dificuldades consideráveis — como longas distâncias e o esforço físico necessário —, muitos destacaram que a água obtida dessas fontes era abundante e de qualidade superior à da água fornecida pela rede de abastecimento encanada. A água para consumo humano direto, como beber e cozinhar, era com frequência retirada das nascentes, considerada a fonte mais segura para o consumo, em conjunto com outras alternativas de abastecimento, a exemplo a captação de água da chuva e o uso de cacimbas.

*Então assim, na década de 90, somente a falta d'água é um negócio que assusta muito aqui. Secamento das nascentes, dos córregos. E as famílias, a água de confiança delas era a água da nascente. A água que eles entendiam que podia confiar na qualidade pra poder cozinhar, era a riqueza que se tinha.* (Entrevistada quilombola, professora da educação básica, do município de Virgem da Lapa, 2022).

*Por mais que a gente tenha água encanada, não tem aquela abundância de água de antigamente. Por mais que a gente buscasse na cabeça, no pote, no balde, num burro, mas tinha aquela fartura, tinha água ali pertinho.* (Entrevistado quilombola, profissional da área da saúde, do município de Berilo, 2022).

Nos casos em que a água chegava por outros meios até as comunidades, a exemplo durante os períodos de chuva, seu aproveitamento e captação tornava-se desafiador devido ao rápido escoamento da água, que compromete sua retenção e armazenamento eficaz.

*A água é boa, chega com a chuva, mas logo vai embora porque a terra está morta.* (Entrevistada quilombola, professora da educação básica, município de Virgem da Lapa, 2022).

*A chuva, a quantidade de água que está circulando não diminuiu, não diminuiu o rendimento. O que mudou foi o ambiente que essa água está caindo e como ela está sendo fixada do solo, né? Ela está penetrando até lá e está indo embora para ir para o mar. Então essa é a diferença. Muitas vezes, no tempo atrás que nós não tínhamos tanto eucalipto.* (Entrevistado agricultor familiar, engenheiro ambiental e membro do CAV-Turmalina<sup>3</sup>, do município de Turmalina, 2022).

---

<sup>3</sup> Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV).

A incapacidade de consumir a água diretamente dos corpos d'água devido à deterioração da qualidade hídrica, impôs às comunidades a dependência de soluções técnicas alternativas, como a instalação de cisternas, o fornecimento de água por caminhões-pipa e a dependência das redes de água encanada.

*Deu muita briga com essa água, porque encanou a água, mas a água não ia pra todos. Eu lembro de muita briga de vizinho, porque teve uma época quando começou a encanação da água que, como é que fala? O volume não dava. Tinha noite que você passava esperando encher a caixa do vizinho pra chegar até outra caixa e tinha a parte de cima da cidade, que hoje a gente sabe que precisa de pressão da água pra colocar uma outra elevatória, porque não ia. (Entrevistada professora da educação básica, agente cultural, do município de Araçuaí, 2022).*

Não obstante, nos relatos surgiram críticas à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (Copanor), com três entrevistas apontando expressivas insatisfações em relação aos serviços prestados pela empresa, sendo que uma delas a considerou como a pior companhia da região.

*Em Araçuaí, a prefeitura fala que é da Copasa. A Copasa fala que é a Copanor. É uma confusão danada. Em outros lugares, como Itinga, e outros lugares que tem Copanor, é pior ainda, porque nesses lugares realmente a falha da instituição está pior. Você imagina: Itinga tem um rio que passa uma cidade e o povo não tem água. Eles já chegaram normalmente a ficar até um mês sem água encanada. E de ter que voltar para o rio para buscar água, porque a água da Copanor não chegou na casa deles. Eles têm que pagar a conta. Então eu também assisti muito a mobilização deles. Eu falo de Itinga, porque está próximo de mim, mas tem outros lugares também. (Entrevistada assistente social, do município de Araçuaí, 2022).*

*Tem bairro que deixa faltar água por semanas. Isso, eu tô falando dentro da cidade. O hospital tem um reservatório, porque se não tivesse, não funcionava. (Entrevistada secretária de Assistência Social, do município de Virgem da Lapa, 2022).*

*Meu avô era agricultor. Então, a gente tinha chácaras. A água era de fácil acesso [...] Se for olhar hoje, eu tô no ambiente urbano. Muitas vezes eu ligo a torneira tem água, às vezes não. (Entrevistada professora da educação básica, agente cultural, do município de Araçuaí, 2022).*

Ainda sobre as companhias de saneamento, a falta de tratamento adequado de esgoto foi denunciado e relacionado ao surgimento de doenças, como verminoses, e a insuficiência no cumprimento dos padrões de potabilidade das águas em determinadas regiões. Neste ponto são associadas questões socioambientais à saúde pública.

*O nosso rio, por exemplo, é todo poluído [...] porque acho que a maioria dos rios dessas cidades, como não tem tratamento de esgoto, a Copasa acaba despejando nesses rios nossos, vamos dizer assim. (Entrevistada professora do ensino básico, do município de Medina, 2022).*

*A briga da Copasa tem relação com a questão do esgoto. Porque aqui até 2000, se não me engano, o esgoto era jogado no rio. Aí foi muita mobilização para poder*

*arrumar um tratamento.* (Entrevistada professora da educação básica, agente cultural, do município de Araçuaí, 2022).

*Sem contar que nós temos a pior companhia de água que existe. Pelo que eu conheço. Diziam que a Copasa colocava alumínio na água, não sei o que, mas não faltava água. Hoje, o tanto de água sem chegar e não tenho rede de esgoto, tratamento. Mas a Copanor, ela cobra esgoto e tem esgoto pra todo lugar. Não tem tratamento de esgoto.* (Entrevistada agente cultural, artesã, cangaceira, do município de Berilo, 2022).

Como resultado, as populações se veem forçadas a depender de processos de purificação para torná-la potável, sendo posteriormente descartada nos corpos d'água. Esse ciclo vicioso de consumo e descarte, aliado à falta de tratamento de esgoto, contribui para a degradação contínua dos recursos hídricos. É também agravada a escassez de água de qualidade nas regiões afetadas, evidenciando a necessidade de uma reavaliação das práticas de gestão e a implementação de soluções mais eficazes.

Além dos efeitos de abastecimento local, as entrevistadas observaram, com crescente preocupação, as transformações nas características dos rios da região, notadamente o Rio Jequitinhonha. Historicamente, esse rio possuía um leito mais profundo e estreito, mas, atualmente, enfrenta graves problemas devido ao assoreamento. Esse processo tem provocado o alargamento do leito das águas, comprometendo a dinâmica natural do curso fluvial.

Apontam que diversos outros corpos hídricos da região também apresentam sérios sinais de degradação. A exemplo, o Córrego do Matheus em Araçuaí desapareceu completamente e apresenta-se apenas como uma pequena lagoa excessivamente eutrofizada. A crise hídrica é igualmente evidente nos rios Jequitinhonha e Araçuaí, que enfrentam secas prolongadas, bem como no Ribeirão das Boas e no Ribeirão Santo Antônio, que já secaram completamente.

Um ponto relevante é a divergência geracional em relação ao acesso à água. As gerações mais antigas tiveram amplo acesso às fontes naturais de água, como as nascentes, que eram consideradas as fontes mais confiáveis e de qualidade superior. Já as gerações mais jovens, convivem com a escassez de água e dependem de soluções alternativas, como caminhões-pipa e poços artesianos, o que reflete uma mudança significativa nas condições de abastecimento. Além disso, observa-se um distanciamento crescente entre as gerações mais jovens e as fontes hídricas, que anteriormente faziam parte integral do cotidiano e da cultura local.

Em diversos locais, especialmente em áreas rurais, a dependência de caminhões-pipa ou de poços artesianos ainda é uma realidade para muitas comunidades, o que evidencia a persistente escassez de infraestrutura adequada. Neste aspecto, é válido destacar o cenário de Indústria da Seca que foi resgatado em uma das falas:

*O Governo Federal e do Estado só liberava ou pipa ou cesta básica. Os prefeitos até falavam “indústria da seca”, porque cê mandava caminhão pipa e cesta básica. No (córrego) Mateus hoje acho que passa só um filetinho de água. Na época da seca mesmo, você não tem condições de levar água para todo mundo e na época que a gente trabalhou na associação, a meta dessa associação era a questão da água. Só que a política do Governo Federal e do Governo do Estado era só a questão de carro pipa. (Entrevistada servidora pública da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha (Ameje), do município de Araçuaí, 2022).*

Essas falas também ilustram um padrão recorrente nas respostas sobre soluções para a escassez hídrica: uma tendência a se recorrer a intervenções tecnológicas e soluções rápidas, que muitas vezes não abordam as causas estruturais e de longo prazo do problema. A abordagem predominantemente técnica e pontual parece, assim, insuficiente para resolver as complexas questões relacionadas ao abastecimento de água, especialmente no médio Jequitinhonha.

*A hidrogeologia não é uma área que tem muita verba, por exemplo. É dado muito mais verba para outras áreas da geologia, petróleo e mineração. A questão ambiental é sempre um pouco, mas o olhar é bem menor. Então é um desafio para a gente gritar não, calma lá o rio, vai poluir a água, a vida é a água. Vida. A gente vive por conta do meio, mas o meio vive sem nós. (Entrevistada especialista em Hidrologia e residente de Diamantina, 2022).*

Assim, percebe-se que a região tem experimentado historicamente um impacto ambiental considerável, sobretudo no que se refere à vazão e à qualidade da água, incluindo evidências de degradação em um curto período de tempo. Os relatos das entrevistadas indicam uma disparidade substancial entre as condições observadas durante a infância e juventude e a realidade atual. Isto reflete as transformações drásticas nos corpos d'água locais, ressaltando a poluição hídrica e um aumento exponencial da necessidade de água encanada, que também apresenta falhas recorrentes na prestação de serviço.

A redução da vazão dos rios e a degradação da qualidade da água emergem como questões amplamente reconhecidas pela comunidade local. O consenso geral entre moradores da região é de que esses problemas têm se agravado nos últimos anos pela chegada dos empreendimentos rotulados de “desenvolvimentistas”, os projetos que removem as matas ciliares e promovem o desmatamento, contribuindo para o escoamento superficial, a lixiviação do solo e o assoreamento dos rios. Somado a isso, as consequências foram associadas diretamente a construção de barragens hidrelétricas, monocultivos e a mineração, conforme abordado em algumas respostas.

Diversas barragens foram mencionadas nos relatos, com destaque para a Barragem do Calhauzinho, que provocou uma mudança no curso dos rios, a Barragem do Rio Setúbal, associada à escassez de água e à presença de água turva, e a Barragem da hidrelétrica de Itapebi, que interferiu



*cobriu todas as cachoeiras.* (Entrevistada professora aposentada do ensino básico, do município de Salto da Divisa, 2022).

No que tange à degradação das nascentes, o monocultivo do eucalipto foi destacado. Os relatos indicaram que as plantações dessa espécie, ao se expandirem sobre as chapadas da região, têm contribuído para a redução da disponibilidade de água.

*Muita gente mais velha fala. Tanto daqui, quanto na região. Que quando o governo vem e faz essa política do eucalipto, que eles doam a terra do Estado. E você percebe que foi plantado nas melhores terras de Diamantina até aqui, o eucalipto tá nas melhores terras. Depois que planta esse eucalipto, a água vai diminuindo. Começa a diminuir nos córregos até chegar no rio.* (Entrevistada servidora pública da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha (Ameje), do município de Araçuaí, 2022).

*Aqui nós tivemos um problema muito grande, porque logo acima da nascente, tem a plantação de monocultura do eucalipto. Aí nós começamos aqui, primeiro não era quilombola, aí nós reunimos, falamos olha “o único jeito de garantir que isso aqui resolva, esse eucalipto aqui, é tornar essa comunidade quilombola.* (Entrevistada quilombola, professora da educação básica, município de Virgem da Lapa, 2022).

De modo inegável, a chegada de grandes empreendimentos, como a Barragem de Itapebi, a Barragem do Calhauzinho e as redes de monocultivo de eucalipto na região, modificaram e ainda modificam substancialmente as relações das comunidades com as fontes de água. Anteriormente, eram utilizadas de maneira direta e sem intervenções. Estas passam a depender e/ou a serem assistidas pela mencionada “Indústria da Seca” incluindo, no melhor cenário, a prestação do serviço das empresas Copasa e/ou Copanorte que apontaram como ineficazes em termos de um atendimento de qualidade.

Algumas falas durante estas entrevistas - realizadas em 2022 - ganham mais recentemente, em 2025, um peso ainda maior em termos de denúncia sobre afetações hídricas, megaprojetos e danos ao meio ambiente. Estas falas estão relacionadas à atividade de mineração, incluindo uma comparação ao monocultivo de eucalipto, como revela uma moradora do município de Coronel Murta:

*E você sabe que onde tem as nascentes, nas chapadas, tudo tá sendo explorado pra plantar eucalipto. Outra coisa, a mineração, graniteiros... porque olha só, uma planta, o eucalipto, você pode arrancar ele, acaba com ele, você pode pegar aquela terra, adubar ela de novo, tirou o plantio do eucalipto, arrancou tudo aquilo ali, aquela raiz profunda que ele tem, você pode explorar ela com outra atividade pra ver se ela restaura. Nunca vai voltar a forma que era, mas pode até... Mas o granito não. O granito você não planta pedra. Aonde que tem um lençol d'água, que exploraram o granito, nunca mais você vê água naquela região.* (Entrevistada agricultora familiar e liderança de movimento social, do município de Coronel Murta, 2022).

É perceptível o entendimento da mineração como uma atividade mais nociva e irreparável, em termos de reposição do que foi extraído, em relação ao modelo extrativista do monocultivo de eucalipto.

#### **4.2 Água como elemento x Água como recurso**

É surpreendente constatar que uma discussão inicialmente centrada nas águas do Vale do Jequitinhonha possa desdobrar-se em um panorama de tamanha complexidade. Evidenciou-se que refletir sobre a água nesse contexto também significa abordar questões relacionadas à cultura, à territorialidade e ao sentimento de pertencimento das populações locais. Tal abordagem revela uma compreensão holística da água, reconhecendo-a não apenas como um elemento natural, mas como componente simbólico, identitário e sociocultural.

Paralelamente, tornou-se igualmente nítido que qualquer análise sobre os recursos hídricos da região deve considerar a presença dos megaprojetos implantados, bem como as transformações hidrológicas deles decorrentes. Esta perspectiva insere-se na concepção da água enquanto recurso estratégico, dotado de valor econômico e sujeito a processos de apropriação e gestão, inserido em um viés mercantil.

Sob ambas as perspectivas — a água como elemento cultural e a água como recurso econômico —, é inegável o reconhecimento de uma pressão contínua e historicamente acumulada sobre os corpos hídricos. Trata-se de uma tensão persistente, que reflete as disputas em torno do uso, controle e significado da água nos territórios do Jequitinhonha.

## 5 “Vale do Lítio” e a intervenção nos conflitos pela água

O grande projeto de mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha configura-se como uma pressão adicional sobre os corpos hídricos locais, não apenas por inferência, como também pela série de estudos realizados e a vivência de moradores. Assim como todo empreendimento de grande porte, cientes dos danos potenciais, os órgãos ambientais exigem das empresas a elaboração de medidas de mitigação e compensação ambiental para que se viabilize o processo de licenciamento. É fundamental destacar que essas ações não devem ser entendidas como mera responsabilidade social ou políticas empresariais voluntárias, apesar de muitas vezes serem apresentadas - inclusive pelas próprias empresas - sob essa ótica. Além de uma obrigatoriedade, há também as medidas que fazem parte do universo de práticas de Governança Ambiental, Social e Corporativa (Environmental, Social, and Governance - ESG) relacionadas a uma valorização das empresas no mercado financeiro.

O que tem sido observado no contexto em questão é que, longe dessas ações contribuírem para o bem-estar socioambiental de forma realista, estão sendo mobilizados pelas empresas como autopromoção e como um recurso de legitimidade. As iniciativas estão vinculadas a reparação de danos que são, majoritariamente, causados pelas próprias atividades das empresas. A relação cíclica entre causa, efeito e reparação, característica recorrente nos processos de exploração mineral, adquire contornos mais evidentes quando observadas as práticas implementadas pela Sigma Lithium. A empresa, que se apresenta como liderança no setor de extração do lítio, adota uma estratégia de posicionamento baseada na associação de suas operações a princípios de sustentabilidade, promovendo-se como um empreendimento "verde".

Em relação às atividades no município de Itinga (MG), a CEO da companhia, Ana Cabral, declarou para o documentário “*UMWELTZERSTÖRUNG beim Abbau - Greenwashing in Brasilien*”<sup>4</sup>, do diretor Daniel Harrich, publicado em 2024, que optou por preservar o curso do rio próximo a área de operação da empresa como uma medida de respeito ao ecossistema. Sob a perspectiva da CEO, essa decisão seria uma clara demonstração de seu comprometimento com a sustentabilidade, refletindo uma imagem positiva e alinhada aos padrões ESG. No entanto, a análise do impacto real de tais decisões revela que, em curto prazo, a situação da região se deteriorou, com o rio sofrendo um assoreamento significativo. Além disso, as pilhas de rejeito estéril têm se expandido de forma alarmante, a ponto de invadir a área de preservação permanente (APP) do leito do corpo d'água.

---

<sup>4</sup> Título em português: “À beira do abismo – a batalha por matérias-primas: a mineração de lítio no Brasil”.

A questão do rejeito gerado pela mineradora merece uma atenção especial, uma vez que a empresa possui pilhas de rejeitos de disposição à seco, diferentes da alternativa utilizada pelas mineradoras Samarco, BHP Billiton e Vale do Rio Doce, no contexto dos rompimentos de barragem de 2015 e 2019. No entanto, embora as pilhas da Sigma Lithium sejam promovidas como mais seguras, sua real estabilidade permanece questionável (GESTA *et al.*, 2025). A possibilidade de deslizamento, como evidenciado pelo incidente ocorrido em Conceição do Pará (MG), conforme (Franco, 2025), coloca em risco tanto a segurança das comunidades locais quanto a qualidade ambiental da região.

O deslizamento da pilha de rejeitos pode resultar na contaminação das águas e na exposição de populações próximas a substâncias tóxicas, como no caso da comunidade Piauí Poço Dantas, em Itinga (MG), área da qual a CEO se referia no documentário. Os moradores denunciaram problemas de inalação devido à proximidade com as pilhas de rejeito. A situação do rio e da comunidade em relação ao empreendimento podem ser observados a seguir:

Figura 6: Piauí Poço Dantas, Araçuaí - MG



Fonte: Mongabay, 2024.

O risco de assoreamento e contaminação dos corpos hídricos, presente na realidade, tem gerado um aumento significativo da dependência das comunidades em relação ao abastecimento por água tratada. Este processo culmina na inserção dessas comunidades no sistema de cobrança pelo uso da água, cuja qualidade, como discutido no Capítulo 3, muitas vezes não é adequadamente fornecida pelas

empresas prestadoras do serviço, apresentando condições insatisfatórias, quando não precárias. No melhor dos cenários, o abastecimento se dá por sistemas públicos de distribuição de água, mas, na realidade mais comum, a população depende de métodos improvisados, como o abastecimento por caminhões-pipa.

De fato, há uma inserção dessas comunidades na chamada “Indústria da Seca”, que inclui a perda progressiva de sua autonomia hídrica, o que as torna vulneráveis a uma lógica de controle e dependência pelos poderes públicos e/ou privados. Nesse contexto, os programas implementados pelas empresas em relação à gestão da água se somam a tais soluções emergenciais, além de serem em muitos casos práticas assistencialistas que mitigam problemas acentuados pelos próprios empreendimentos.

### **As iniciativas de mitigação de impacto**

O programa “Água Para Todos”, desenvolvido pela empresa Sigma Lithium e iniciado em 2024, exemplifica uma dessas iniciativas. Com o objetivo de garantir o acesso à água potável para as comunidades localizadas nas proximidades de suas operações, o programa busca “enfrentar a crescente escassez hídrica na região”. Entre as ações previstas, destacam-se a doação de caixas d’água, o abastecimento com caminhões-pipa e a implementação de projetos para a construção de reservatórios de água da chuva. Na foto a seguir, registrada em uma residência na comunidade de Piauí Poço Dantas, podemos visualizar uma das caixas de abastecimento deste programa:

Figura 7: Caixa d’água do Programa Água para Todos



Fonte: registrado pela autora, 2024.

É interessante uma análise dos logótipos apresentados, que revela aspectos simbólicos e significativos no contexto real da influência da empresa no município. O símbolo da empresa ocupa o centro da composição, destacando-se pela sua dimensão por ter um tamanho maior, enquanto o nome do programa está posicionado à esquerda, e o brasão da Prefeitura Municipal de Itinga à direita, ambos em tamanhos reduzidos. A organização espacial é sugestiva a uma lógica proporcional de influência ao observador: o poder do capital privado, representada pela Sigma Lithium, é centralizada como um elemento de poder econômico. Em contrapartida, tanto o recurso utilizado — a água — quanto o poder público — simbolizado pelo brasão municipal — aparecem nas extremidades, sugerindo que são componentes importantes de serem considerados, mas subordinados à empresa dentro da estrutura do sistema.

Esse arranjo visual não é meramente estético, também carrega uma mensagem simbólica sobre o papel do poder público e dos recursos naturais dentro desse contexto. A água, elemento vital tanto para a sociedade quanto para a realização das próprias atividades industriais, aparece no logotipo como um recurso que, embora essencial, é utilizado de maneira subordinada ao interesse empresarial. O poder público, representado pela Prefeitura Municipal de Itinga, também se posiciona como um agente secundário. O posicionamento visual sugere uma dinâmica onde a autoridade pública se torna, muitas vezes, uma facilitadora das operações da Sigma Lithium, ao invés de exercer um papel regulador ou de controle efetivo.

A hierarquização visual ainda reflete uma relação de poder que, em muitos casos, está imbuída de questões de dependência econômica. A estrutura econômica local pode ser interpretada como uma extensão dos interesses da Sigma Lithium, tendo o poder municipal, embora presente, agindo como um agente legitimador dessas ações. Nesse sentido, a empresa não apenas influencia, mas tem determinado e atuado como co-executora das políticas públicas, definindo os rumos sociais, econômicos e ambientais da uma região.

Dessa maneira, o programa de abastecimento de água é um dos objetos possíveis para uma análise desta representação hierárquica de poder e influência na região, mas que também pode ser observado em outros setores.

Figura 8: Placa de sinalização em avenida no município de Araçuaí



Fonte: registrado pela autora, 2025.

Novamente, ao concentrar a atenção do símbolo da Sigma Lithium em uma posição central e ampliada, sugere-se que a empresa é o agente principal e impulsionador da dinâmica local, com o capital privado assumindo a liderança. Desta vez, a preservação do meio ambiente é temática mobilizada e pelo brasão da Prefeitura de Municipal de Araçuaí que aparece nas extremidades, em menor escala, sugerindo que sua função é apenas a de fornecer suporte ou infraestrutura à operação centralizada da empresa.

Outra iniciativa inserida neste programa consiste na criação de reservatórios de água destinados à captação das águas pluviais, conhecidos popularmente como "barraginhas". Essas estruturas, embora publicizadas pela empresa como uma inovadora no manejo dos recursos hídricos e convivência com a seca, não representam uma novidade para os agricultores da região, tampouco para os movimentos sociais, que, de maneira coletiva, implementam tais ações de forma autônoma e sistemática há vários anos (Laschefski; Zhouri, 2011). A prática de construir "barraginhas" remonta a uma tradição de gestão hídrica comunitária, que busca minimizar os efeitos da escassez de água, especialmente durante os longos períodos de seca. Portanto, não se trata de uma intervenção tecnológica inovadora promovida pela empresa.

Além disso, a empresa declara que, desde janeiro de 2022, tem contratado caminhões-pipa para o abastecimento das caixas d'água das comunidades locais (Brasil Mineral, 2024). É, evidentemente, uma

solução paliativa para a vulnerabilidade hídrica na região, e o fortalecimento de medidas como estas contribui para o ciclo de dependência das populações. Em um contexto mais amplo, esse tipo de ação posiciona a empresa como um agente na denominada "Indústria da Seca", o modelo econômico citado em relatos (ver Capítulo 3) que, ao invés de promover soluções estruturais emancipatórias para a gestão da água, agrava a situação das comunidades ao manter uma dinâmica de dependência de recursos externos e temporários.

Tal cenário revela um paradoxo fundamental: embora a Sigma Lithium se posicione como uma empresa comprometida com práticas sustentáveis, as consequências de suas operações apontam para uma realidade em que as medidas de "mitigação" e "compensação" não são suficientemente eficazes para evitar danos ambientais graves e riscos à saúde das comunidades afetadas. A narrativa de responsabilidade ambiental acaba por reproduzir os mesmos problemas estruturais que marcam a história da região com a chegada de megaprojetos.

Apesar da empresa se apresentar como uma aliada nas iniciativas de ampliação do acesso à água potável, a sua atuação frequentemente se limita a intervenções que não enfrentam as causas estruturais da escassez hídrica, mas que, ao contrário, reforçam as desigualdades sociais e ambientais já existentes na região. Essa realidade tornou-se particularmente evidente nas audiências públicas realizadas nos municípios de Araçuaí e Itinga, no mês de abril de 2025.

## **Audiências públicas**

### **Sigma Lithium**

Em referência às declarações do promotor Dr. Rauali Kind Mascarenhas, Coordenador Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), durante a audiência pública referente ao processo de licenciamento de ampliação do complexo "Grota do Cirilo", ocorrido no município de Itinga no dia 9 de Abril de 2025, observou-se que a empresa parece não ter compreendido a natureza e os objetivos de uma audiência pública. Legalmente definida como um espaço consultivo destinado à escuta das comunidades locais sobre os impactos que um empreendimento pode causar ou esteja causando, a audiência pública é um instrumento fundamental para a manifestação do dissenso social, para o aprimoramento do processo e, conseqüentemente, para a legitimação do licenciamento ambiental.

No entanto, estive presente nas audiências realizadas nos municípios de Itinga e Araçuaí, respectivamente nos dias 9 e 10 de abril de 2025, que tratou da proposta de ampliação do

empreendimento, e foi nítida a inviabilidade de cumprimento real dos objetivos de uma audiência pública. Notou-se que a maioria das falas inscritas demonstravam apoio ao empreendimento, aderindo a um papel de publicidade, muitas vezes discutindo temas que não se inseriam no contexto da audiência. O foco deveria ter sido a escuta das comunidades afetadas, e não a promoção da empresa (GESTA et al, 2025). Em diversos momentos, as falas assumiram um caráter mais próximo a uma exibição da imagem corporativa.

Por exemplo, o porta-voz da Sigma Lithium, na ocasião da audiência pública do dia 9 de Abril de 2025, expressou estar “emocionado” com a alta adesão do público, destacando a relevância do evento como um espaço democrático essencial para o diálogo. No entanto, as manifestações de membros da comunidade que apontaram questões críticas, como a poluição causada pela poeira, o elevado nível de ruídos e a contaminação dos rios pelo rejeito produzido pela atividade industrial foram simbolicamente silenciadas à medida que deram mais voz aos discursos favoráveis à empresa.

As denúncias focaram especialmente em três aspectos: a emissão de poeira, o aumento do nível de ruídos e a contaminação dos rios pelos rejeitos produzidos pela empresa. Esses problemas não estavam sendo adequadamente tratados pelos programas da empresa, que, em muitos casos, não abordavam os impactos diretos e imediatos sobre as condições de vida da população local. Diversos relatos mencionaram o agravamento de doenças respiratórias, como bronquite e asma, causadas pela poluição do ar. Tais questões, não são tratadas pelos programas.

Além dos impactos à saúde, as audiências também trouxeram à tona a degradação dos recursos hídricos locais, com relatos de contaminação dos rios pela dispersão de rejeitos tóxicos. A contaminação hídrica representa não apenas uma ameaça ao ecossistema local, mas também coloca em risco a autonomia de muitas famílias que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência e autonomia. Uma moradora, após fazer reforçar estas colocações, manifestou: *“a gente não quer fechar, não quer briga, a gente não só não quer que nossos direitos sejam violados. A empresa está tendo muito descaso com nós”* (moradora da comunidade rural Piauí Poço Dantas, abril de 2025).

É nítida como a moradora sentiu a necessidade de mostrar que não buscava participar de uma divisão polarizada, sendo favorável ou contrária a empresa, mas que procurava por soluções para os problemas enfrentados diante da presença do empreendimento. As comunidades têm sido divididas a partir da ideia de que se existem críticas ao processo operacional da empresa, automaticamente o sujeito do discurso é enquadrado como, de algum modo, contrário à presença da empresa e a atividade extrativa.

## Atlas Lithium

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) solicitou a suspensão da audiência pública que foi realizada em Araçuaí no dia 28 de Abril de 2025, pelo não cumprimento da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), de acordo com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em vigor no Brasil desde o ano de 2003 e prevista na Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM nº 225/2018. A mesma diz respeito a consulta das comunidades tradicionais sendo, primordialmente, um processo destinado a reconhecer, compreender e delimitar fisicamente os territórios utilizados, tanto de forma material quanto imaterial, pelas comunidades tradicionais impactadas. Trata-se de uma etapa de consulta voltada a informar essas populações e permitir, em momento posterior, a discussão sobre possíveis intervenções em atividades econômicas na área em questão.

Apesar disso, a Diretoria de Gestão Regional (DGR) da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) optou por realizar a Audiência Pública antes da CLPI, contrariando as orientações do MPF e do MPMG. Para o órgão, ambos os procedimentos, tanto a audiência quanto a CLPI, são formas de participação social que devem ocorrer antes da concessão das licenças ambientais, sendo irrelevante a ordem de sua realização. No entanto, conforme a Nota Técnica (LIQUIT *et al.*, 2025) elaborada pelos pesquisadores do projeto LIQUIT - consórcio entre os grupos de pesquisa GESTA-UFMG, Observatório dos Vales-UFVJM, NIISA-Unimontes e London South Bank University - referente a este processo, o uso do termo “consulta” possivelmente levou a FEAM/DGR a interpretar erroneamente o papel da CLPI, cuja finalidade, conforme destacado nas recomendações do MPF e do MPMG, é distinta e não se confunde com a audiência pública.

No que se refere aos temas abordados durante a audiência, destacou-se uma forte preocupação da população em relação aos recursos hídricos. Em resposta à proposta de ampliação do empreendimento, a empresa afirmou que não haveria novas captações de água. No entanto, não apresentou informações precisas sobre a origem da água que será utilizada na expansão, deixando lacunas importantes quanto à garantia da sustentabilidade hídrica da região. Um morador manifestou durante a audiência:

*Eu quero um documento que confirme que a Barragem do Calhauzinho não vai ser afetada, porque a gente já teve problema. O técnico disse que não ia ter, a gente sabia que ia e ele deu certeza que não. No final, deu problema. Não queremos ser atingidos outra vez. (Morador da comunidade rural Córrego Narciso, abril de 2025).*

Trata-se de uma fala carregada de significados, que revela a intenção do morador em alertar a empresa para uma realidade já vivenciada por ele: a de ser um atingido. Embora os dados técnicos possuam certo grau de assertividade, eles não são, por si só, suficientes para embasar decisões tão

sensíveis. A barragem de Calhauzinho abastece diversas comunidades, entre elas a de Baixa Quente, Córrego do Narciso e Santa Rita. A ausência de estudos comprometidos com a compreensão da dinâmica hídrica local, bem como com a avaliação dos impactos reais da expansão do empreendimento, é um ponto crítico.

Outra questão relevante abordada durante a audiência pública foi o possível envolvimento da empresa no processo de suspensão da Área de Preservação Ambiental (APA) Chapada do Lagoão, à época em tramitação na Câmara Municipal de Araçuaí. Embora os representantes da empresa Atlas tenham negado qualquer participação, os questionamentos das comunidades permaneceram pertinentes, especialmente diante da falta de transparência quanto à legalidade e à motivação desse processo no âmbito legislativo municipal. Ademais, o planejamento da empresa, conforme os próprios estudos deste projeto (WSP, 2024), revelou uma expectativa implícita de redução dos limites da APA, evidenciada pela inclusão de 0,08% da área protegida na proposta de expansão do empreendimento.

### **Estudos de Impacto Ambiental (EIAs)/ Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA)**

Conforme estabelece a Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), acompanhados de Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), são obrigatórios no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, a exemplo dos de grande porte e alto potencial poluidor. No entanto, em ambos os casos analisados, das empresas Sigma Lithium e Atlas Lithium, as propostas apresentadas limitaram-se a programas de monitoramento dos impactos, tanto hídricos quanto das demais denúncias realizadas pelas comunidades. De fato, não há cumprimento das exigências legais no que se refere às medidas de compensação ambiental, conforme previsto no Art. 9º da resolução. Tal omissão compromete a validade legal dos estudos apresentados e é suficiente para fundamentar a contestação da validade das pesquisas. Além disso, outras deficiências de informações técnicas também chamaram a atenção.

Em relação ao requerimento de expansão realizado pela Sigma Lithium, ampliação do projeto Grota do Cirilo, segundo a Nota Técnica (GESTA *et al.*, 2025) também produzida na esfera do projeto LIQUIT, não houve a coleta de dados significativos sobre o impacto ambiental dos movimentos de terra e outras pressões causadas pelo projeto. Embora a possibilidade de alterações na hidrogeologia, decorrentes da implantação das cavas, tenha sido mencionada em algumas seções do estudo, não se observa a realização de uma investigação sistemática e aprofundada acerca das possíveis modificações nos aquíferos localizados nas Áreas de Influência Direta (AID) e Indireta (AII). A ausência desse tipo de análise configura uma lacuna significativa, sobretudo considerando os impactos cumulativos

associados à abertura de novas cavas previstas pela empresa Sigma Lithium, bem como às atividades minerárias de outras empresas que operam na mesma região.

As análises hidroambientais apresentadas baseiam-se, em grande medida, em dados secundários relativos à situação geral dos corpos hídricos em escala regional. Adicionalmente, a disposição espacial das estações de amostragem destinadas à coleta de dados primários mostra-se inadequada para captar com precisão os impactos diretos decorrentes do empreendimento proposto. Nesse contexto, verifica-se que os dados obtidos não satisfazem plenamente os requisitos estabelecidos para os procedimentos de licenciamento ambiental.

Ainda conforme a Nota Técnica (GESTA *et al.*, 2025), ressalta-se a omissão da avaliação do potencial poluidor das pilhas de rejeitos. Considerando a composição heterogênea desses materiais, há possibilidade de ocorrência de processos químicos que podem dar origem a diferentes formas de contaminação ambiental. Este aspecto é particularmente relevante no que diz respeito à liberação de sais minerais. Em determinadas áreas da região, como na Terra Indígena Cinta Vermelha, situada no município de Coronel Murta, a água proveniente de poços artesianos apresenta concentrações de sais em níveis incompatíveis com a atividade agrícola. Tal problemática é, inclusive, reconhecida no próprio EIA, porém sem ser devidamente considerada no escopo da avaliação de impactos potenciais.

No que se reflete à Atlas Lithium, sobre a expansão do Projeto Anitta, os estudos ambientais disponíveis focam principalmente no manejo das águas pluviais que se acumulam nas cavas de mineração, sem levar devidamente em conta as possíveis mudanças nos fluxos de água subterrânea em um sistema geológico reconhecido por sua sensibilidade. Um ponto especialmente alarmante é o alerta feito por especialistas em Nota Técnica (LIQUIT *et al.*, 2025), referente ao fato de que embora não estejam previstas intervenções diretas nos planaltos e na chapada do Lagoão, o projeto contempla atividades nas encostas que margeiam a atual Área de Proteção Ambiental (APA). Essas áreas são essenciais para a preservação das nascentes existentes na região.

A expansão das operações minerárias sobre essas encostas da chapada impõe um risco significativo à dinâmica hídrica local, sobretudo pela escavação de cavas profundas e pela retirada de água subterrânea para viabilizar os trabalhos de extração. Embora o EIA mencione essa possibilidade, ele carece de informações detalhadas sobre os locais exatos dessas intervenções e sobre quais comunidades poderiam ser afetadas — dados essenciais para uma análise precisa da viabilidade ambiental do projeto. Mesmo sem que o processo de suspensão da APA tenha sido formalizado ou discutido com o Conselho responsável, os estudos já preveem a utilização de 0,08% do território protegido.

## 6 Considerações Finais

Historicamente, a região foi marcada por megaprojetos que seguiram um modelo de política verticalizado que foi responsável pela estigmatização da região com sinônimo de pobreza, consolidando de fato um projeto de estagnação da economia local para os bens serem extraídos. A monocultura de eucalipto e as usinas hidrelétricas são exemplos emblemáticos dos prejuízos dessa política modernizadora - de caráter desenvolvimentista e industrialista. A força do movimento cultural, que promove as riquezas e a diversidade da região, desde a resistência indígena, a identidade quilombola e a vivência campesina, é uma resistência assim como uma resposta a esse projeto de subordinação regional a que tentam enquadrar o Vale. O megaprojeto da mineração do lítio enquadra-se como uma nova pressão, inserida em um novo discurso, mas que tem produzido prejuízos já conhecidos.

Embora publicizadas como sustentáveis e verdes, as operações do segmento da mineração de lítio têm se apresentado como semelhantes, senão idênticos aos projetos desenvolvimentistas, estabelecidos na região durante o século passado. É apresentado que os demais megaprojetos, apesar das evidências científicas e denúncias das populações indicando os prejuízos das atividades, ainda estão operando e recebendo novos incentivos das iniciativas privadas. Concomitantemente, está em curso a tentativa de enquadrar estes megaprojetos no contexto de sustentabilidade que, caso seja bem sucedida, as previsões são de permanência da dinâmica de danos socioambientais, desestruturação econômica e dos modos de vida. Somando-se aos demais, a mineração de lítio e sua posição como protagonista do suposto discurso da sustentabilidade no setor industrial-produtivo indica um forte potencial para que os demais setores consigam se enquadrar nesta roupagem “verde”.

Na prática, dentre as análises realizadas nesta pesquisa, a observação do design gráfico do logotipo da Sigma Lithium para o “Programa Água para Todos” sintetiza uma metáfora visual que sobre a centralização de poder ao setor privado, onde os elementos periféricos — no caso, o recurso natural e a autoridade pública — têm sua função subjugada à dinâmica central do capital. A água, embora um elemento especialmente importante no pertencimento e contexto hídrico do Vale e essencial para a execução das operações do setor, é apenas um dos meios necessários para o funcionamento e/ou legitimidade da empresa. Na mesma linha, o poder público exerce um papel subordinado, confirmando a primazia da empresa na estrutura socioeconômica local. O mesmo pode ser interpretado em relação aos demais megaprojetos, em que o poder público passa a depender do capital privado para a execução em massa de soluções paliativas devido ao aumento da população dependente de água encanada. A

perda da autonomia em relação ao abastecimento de água é, majoritariamente, provocada pela operação das próprias empresas.

Tendo essa reflexão em vista, e considerando o conjunto de menções abordados nas entrevistas qualitativas, percebe-se uma dinâmica cumulativa e progressiva de danos à dinâmica fluvial e consequente vulnerabilização das populações, análoga à estrutura de um espiral. Com o objetivo de representar, de forma sistematizada, que os processos em curso são interdependentes e têm contribuído para a contínua deterioração do sistema hídrico da região, elaborei o Espiral de Vulnerabilidade Hídrica. A fins didáticos, os componentes deste espiral serão apresentados em etapas, mas entende-se que, conforme contextualizado nos anteriores capítulos deste trabalho, um megaprojeto não substitui o seguinte ou teve sua atividade interrompida pelo posterior, pelo contrário, eles se somam e inserem-se no grande complexo siderúrgico-energético-minerário.

### **6.1 Espiral de Vulnerabilidade Hídrica**

**População em vulnerabilidade hídrica -> Redenção desenvolvimentista -> Instalação de megaprojetos**

A escassez hídrica sazonal compõe as dinâmicas ecológicas do bioma Cerrado no qual parte do Vale do Jequitinhonha está inserido têm sido atendida historicamente por políticas públicas e ações promovidas de movimentos sociais pensando a promoção da convivência com a seca. Contudo, a apropriação dessa característica ambiental, muitas vezes, é instrumentalizada por discursos que transformam a aridez natural em um problema social e econômico. Essa narrativa é fortalecida pela associação entre tais condições ecológicas e a falta, uma imediata vulnerabilidade. Tal valorização seletiva contribui para a desqualificação simbólica do Sertão e fortalece a retórica da "redenção" pelo desenvolvimento. Nesse contexto, ganha força o discurso desenvolvimentista, segundo o qual a superação das dificuldades históricas da região — como a pobreza, o desemprego e a baixa arrecadação fiscal — estaria condicionada à implantação de grandes empreendimentos econômicos. Essa narrativa apresenta os megaprojetos como solução inevitável e seu avanço passa a ser apresentado não apenas como desejável, mas como imprescindível ao desenvolvimento, ainda que seus custos sociais e ambientais sejam altos.

**-> Acentuação da escassez hídrica -> Comunidades atingidas perdem a autonomia -> Comunidades atingidas dependentes do sistema de abastecimento no modelo urbano durante a instalação do projeto**

Sendo explicitada a estreita relação entre megaprojetos e o uso intensivo de recursos naturais, neste trabalho, o caráter extrativista dos empreendimentos inclui uma lógica produtiva que demanda a exploração em larga escala do território. Essa dinâmica promove transformações profundas em múltiplas esferas, com destaque para a dimensão hídrica. Os projetos não apenas consomem grandes volumes de água para viabilizar suas atividades, como também alteram significativamente a disponibilidade e a qualidade desse recurso em áreas que extrapolam os limites físicos de suas instalações.

Nesse contexto, a escassez hídrica se intensifica, assumindo contornos distintos daqueles já historicamente conhecidos pelas populações locais. Trata-se de uma escassez não apenas relacionada aos ciclos naturais de estiagem, com os quais as comunidades tradicionais aprenderam a conviver, mas de uma nova forma de pressão sobre os sistemas hídricos, resultante da sobrecarga imposta pelas atividades produtivas de grande escala.

Em resposta à visível vulnerabilidade hídrica da população afetada, tanto o poder público quanto as empresas responsáveis pelos empreendimentos desenvolvem estratégias de contenção de danos. Essas ações se materializam, em grande parte, na implementação de projetos voltados à universalização do acesso à água. No entanto, tais medidas, em geral, são marcadas por seu caráter paliativo e de curto prazo. Além disso, o acesso à água passa a ser mediado por sua mercantilização, exigindo pagamento por um serviço cuja qualidade e continuidade escapam ao controle das comunidades receptoras. A gestão do abastecimento é estruturada segundo os padrões do modo de vida urbano, desconsiderando as especificidades socioculturais dos territórios rurais, o que aprofunda a dependência das populações.

**-> Capital público investido em soluções imediatas -> Promoção de projetos do setor privado para a questão da água -> Capital privado passa a ser utilizado pelo poder público**

A implantação de megaprojetos em territórios tradicionalmente organizados em torno de formas autônomas de gestão dos recursos naturais, especialmente da água, gera um conjunto de conflitos socioambientais que requerem, cada vez mais, a intervenção do Estado. O capital público, nesse cenário, passa a ser direcionado majoritariamente para a resolução das consequências oriundas dessas transformações estruturais. Comunidades que anteriormente dispunham de acesso direto, contínuo e de qualidade à água para a reprodução de seus modos de vida são progressivamente desconectadas de seus sistemas tradicionais e compelidas a aderir a modelos centralizados e tecnologicamente mediados, alheios à sua realidade sociocultural.

Com a expansão e a intensificação dos megaprojetos, cresce também o número de populações inseridas nessa nova dinâmica de vulnerabilidade. A resposta estatal, em geral, tem se dado de forma emergencial e paliativa, exemplificada pelo envio de caminhões-pipa e outras ações de curto prazo que visam a mitigação imediata das crises hídricas. No entanto, tais medidas não enfrentam as causas estruturais do problema e acabam por reforçar a lógica de dependência das comunidades em relação ao Estado e, sobretudo, ao setor privado responsável pelos empreendimentos que geraram a degradação inicial.

Esse processo implica o enfraquecimento progressivo da autonomia política e econômica dos municípios envolvidos, à medida que seus recursos são consumidos por ações reativas e não estruturantes. Paralelamente, estabelece-se uma relação de subordinação ao capital privado, cuja presença passa a ser justificada não apenas como promotora de desenvolvimento, mas também como agente potencial de solução para os problemas que ela própria ajudou a instaurar. Assim, consolida-se um ciclo de dependência institucional e territorial, no qual as alternativas locais de gestão da água e do território são desvalorizadas e substituídas por modelos exógenos e centralizadores, com sérios impactos sobre a soberania hídrica.

**-> Empresas promovem-se como inovadoras -> Projetos permanecem direcionados ao curto prazo -> Dependência das comunidades nas soluções provisórias**

A partir da intensificação da crise hídrica decorrente da instalação de megaprojetos, o capital privado passa a atuar não apenas como agente econômico, mas também como co-executor de políticas públicas voltadas à universalização do acesso à água. Essa participação financeira em iniciativas estatais, além de uma obrigatoriedade fiscal, embora apresentada como uma ação de responsabilidade socioambiental, passa a ser estrategicamente utilizada para a promoção da imagem institucional das empresas envolvidas.

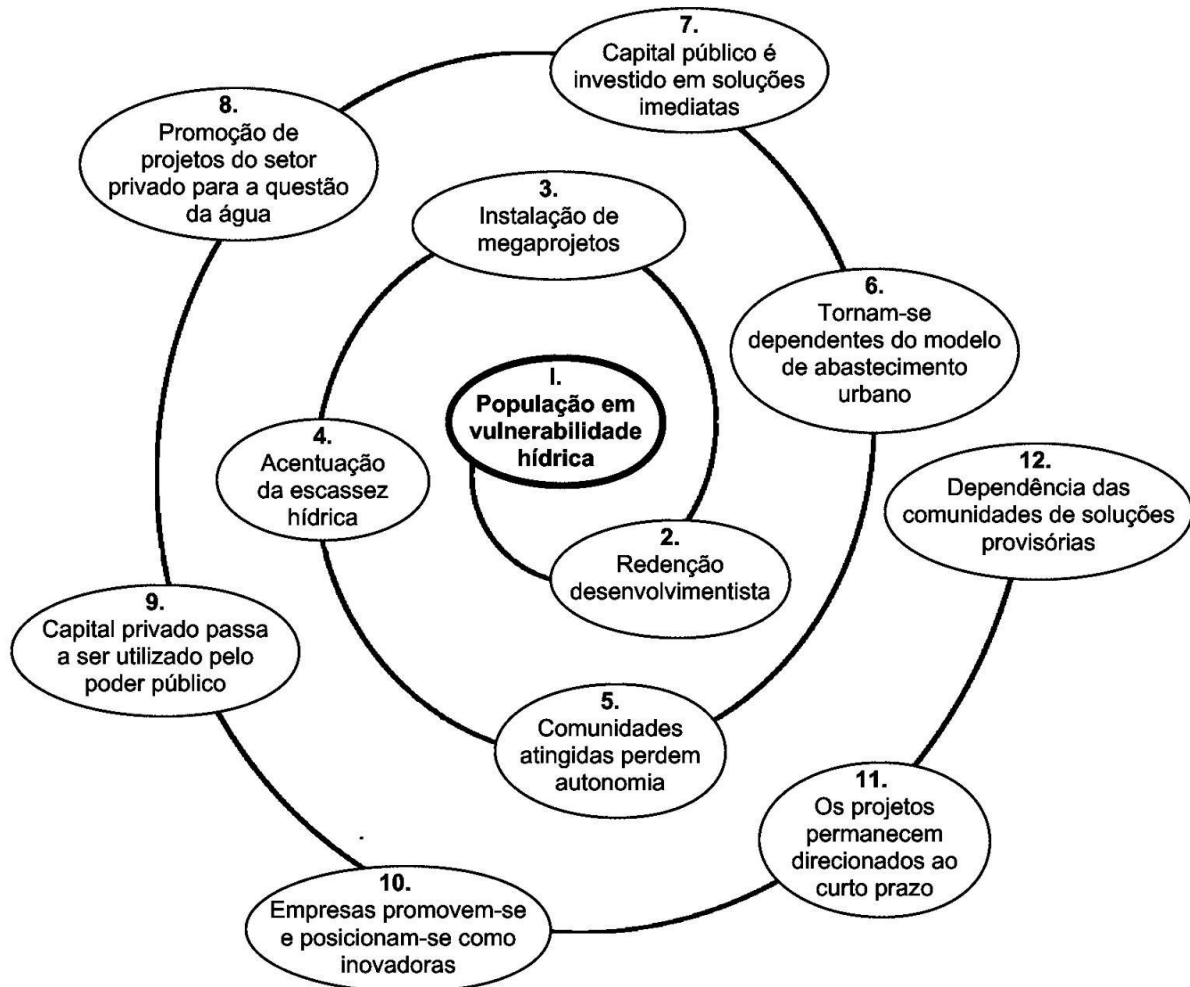
Nesse contexto, as corporações constroem uma narrativa em que suas intervenções “tecnológicas” e estratégicas - já realizadas anteriormente por movimentos sociais e agricultores - diante da vulnerabilidade hídrica das comunidades locais são apresentadas como iniciativas autônomas e voluntárias, dissociadas das causas estruturais dos quais estes mesmos contribuíram. A empresa passa, então, a se posicionar como agente “salvador”, reforçando o discurso de redenção pelo desenvolvimento, no qual os danos são relativizados frente à suposta contribuição que concederam para o bem-estar coletivo.

Essa dinâmica evidencia um processo de ressignificação simbólica dos danos causados, em que a atuação empresarial é projetada como solução e não como parte do problema. Assim, o capital privado não apenas se insere na formulação e execução de políticas públicas, mas redefine os marcos discursivos da crise, deslocando o foco da responsabilidade e reforçando a legitimação social de sua presença nos territórios atingidos.

O resultado dessa dinâmica é a intensificação da vulnerabilidade hídrica, na medida em que a população afetada permanece subordinada a respostas emergenciais e de curto prazo, frequentemente executadas por meio de contratos precários, marcados por lógicas clientelistas. Em vez de promover soluções estruturantes e sustentáveis, tais mecanismos perpetuam a dependência das comunidades em relação a sistemas instáveis de abastecimento, fragilizando ainda mais sua autonomia e comprometendo o direito ao acesso universal e equitativo à água.

O agravamento da vulnerabilidade hídrica cria um terreno fértil para o ressurgimento de promessas desenvolvimentistas, que se apresentam como soluções redentoras, mas que, na prática, tendem a aprofundar ainda mais a complexidade da situação, reproduzindo lógicas de desigualdade socioambiental e intensificando a dependência das populações locais em relação a agentes externos.

Figura 9: Espiral de Vulnerabilidade Hídrica



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A utilização da espiral como representação gráfica explicita uma dinâmica cíclica e progressiva de vulnerabilidade hídrica na região, diretamente associada à implementação de uma política desenvolvimentista (ver Capítulo 2). Diferente de representações lineares ou circulares tradicionais, a espiral permite demonstrar não apenas a repetição dos ciclos, mas também o seu agravamento ao longo do tempo, à medida que cada etapa se acumula sobre a anterior, conforme as entrevistas analisadas (ver Capítulo 4). Assim, a metodologia contribui para comunicar, de forma intuitiva e visualmente acessível, como decisões estruturais e políticas públicas reforçam a dependência das comunidades em soluções paliativas, perpetuando a desigualdade no acesso à água.

Além de somar-se com megaprojetos, a publicidade “verde” na atividade extrativista têm sido incorporada nos outros setores da região: os eucaliptos seriam sumidouros de carbono e as usinas hidrelétricas sendo reforçadas como fonte de energia limpa para a produção do hidrogênio verde

(Capítulo 3). Ignorando todo o contexto em que essas atividades estão inseridas, o complexo siderúrgico-energético-minerário que foi estabelecido na região está sendo revalidado na esfera da sustentabilidade. Percebeu-se, em curso, uma nova tentativa de legitimação para o velho desenvolvimento conhecido pela região. Nesse sentido, as políticas de descarbonização e transição energética tornam-se equivalentes ao de redenção que mobilizaram o termo “Vale da Miséria” nos anos 60 (Capítulo 2). Simbolicamente, o reflexo do governador nomear o projeto e passar a se referir a região como “Vale do Lítio”, há um indicativo deste projeto neocolonial, em que o território passa a ser fonte de recursos que serão saqueados, em que os lucros da produção serão externos.

As promessas de redenção para o Vale do Jequitinhonha encontram-se imersas na lógica desenvolvimentista que sobrepõe as reais necessidades da população. Esta pesquisa teve o objetivo de explicitar os prejuízos cumulativos à região, assim como indicar uma nova ameaça que tende a revalidar todos os setores a partir da roupagem “verde”. As águas do Vale evidenciam os reais efeitos dessa dinâmica e indicam uma situação de vulnerabilidade hídrica. O esquema do espiral busca refletir uma conjuntura, mas não pretende ser fatalista e nem afirmar um ciclo ininterrupto que se repete, mas pretende estimular o pensamento de que as coisas estão fora de ordem e que decisões precisam ser tomadas de diversas frentes para a desestruturação do sistema instaurado, da Indústria da Seca, priorizando a verdadeira grande riqueza do Vale, a que traz o sentido de pertencimento e lugar, imprimido em seu nome: às águas do Jequitinhonha.

## Referências Bibliográficas

- ABNETT, Kate. União Europeia aprova proibição de novos carros a combustão a partir de 2035. 27 de outubro de 2022. Isto é Dinheiro. Disponível em: <<https://istoedinheiro.com.br/uniao-europeia-aprova-proibicao>>.
- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais*. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>
- ALVES, Venícios Oliveira. A organização dos atingidos por barragens: delineando repertórios de ações coletivas frente à usina hidrelétrica de Itapebi. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. Disponível em: <[https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/10350?locale=pt\\_BR](https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/10350?locale=pt_BR)>. Acesso em: 11 maio 2025.
- ANTONELLI, Mirta Alejandra. *Minería Transnacional y Dispositivos de Intervención en la Cultura*. - 1a. ed. - Buenos Aires: Biblos, 2009.
- APERAM BIOENERGIA. Aperam BioEnergia lança campanha contra o desperdício de água 24 mar. 2017. Disponível em: <<https://aperambioenergia.com.br/aperam-bioenergia-lanca-campanha-contra-o-desperdicio-de-agua/>>. Acesso em: 11 maio 2025.
- BRASIL MINERAL. As maiores empresas do setor mineral 2024 - Sigma Lithium. Julho de 2024. Disponível em: <<https://www.brasilmineral.com.br/maiores/sigmalithium#:~:text=Programa%20C3%81gua%20para%20todos%20E2%80%93%20Para,caminh%C3%B5es%20pipa%20para%20abastec%C3%AA%2Dlas>>. Acesso em 10 jan. 2025.
- BRINGEL, Breno; Svampa, Maristela. Del «Consenso de los Commodities» al «Consenso de la Descarbonización». *Nueva Sociedad*, n. 306, 2023.
- CALIXTO, J. *et al.* Eucaliptais - Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamento no Alto Jequitinhonha. In: Ribeiro, E. M. (Org). *Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- CAMARGOS, Daniel; Fante Simone. Grande sertão, sem veredas: ‘aço verde’ que brilha na Europa seca o Jequitinhonha. *Repórter Brasil*, 03 de abril de 2025. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2025/04/aco-verde-aperam-seca-veredas-vale-jequitinhonha/>>. Acesso em: 8 maio 2025.
- CARVALHO, Marivaldo Aparecido de. A presença indígena no Vale Jequitinhonha: a difícil memória. In: *Vale do Jequitinhonha: Formação Histórica, Populações e Movimentos*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.
- CLIFFORD, James. (2002). "Sobre a Autoridade Etnográfica." In: *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 17-62.
- COMPANS, R. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 1, p. 91, 1999.
- COSTA, J. B. de A. A (des)invisibilidade dos povos e das comunidades tradicionais: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. In: BRANDÃO, C. R. Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Relatório final do Projeto Opará: Tradição, Identidades, Territorialidades e Mudanças entre Populações Rurais e Ribeirinhas no Sertão Roseano. Montes Claros: Unimontes, 2010.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Os saberes da terra: ecologia e sustentabilidade nas comunidades tradicionais. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*, n. 75, p. 76–84, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i75p76-84>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13623>>.

Acesso em: 9 maio 2025.

DE LARA, D. M.; RICHTER, M. F. (2023). Hidrogênio verde: a fonte de energia do futuro. *Novos Cadernos NAEA*, 26(1), 413-436. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/12746/10175>> . Acesso em: 02 ago. 2023.

ESCOBAR, Arturo. Introducción. In: *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007. p. 7-45.

ESCOBAR, Arturo. Territórios em disputa: o movimento contra-hegemônico e as alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora ABC, 2012.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante, 2022.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha. Vol. I. Belo Horizonte: FJP, 2017.

FOGAÇA, Sérgio. Quilombos do Vale do Jequitinhonha - Música e Memória - O projeto. s/d Disponível em: <<http://www.quilombosdojequitinhonha.com.br>>. Acesso em 4. dez. 2025.

FRANCO, Rodrigo. Mina em Conceição do Pará (MG) é evacuada após deslizamento em pilha de rejeitos, 7 de dezembro de 2024. Portal G1. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2024/12/07/anomalia-e-constatada-em-pilha-de-rejeitos-da-mina-turmalina-em-conceicao-do-para-e-trabalhadores-sao-evacuados-veja-video.ghtml>>.

FRESSOZ, Jean-Baptiste. *More and More and More: An All-Consuming History of Energy*. Allen Lane, 310 pp., £25, October 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte, 2017. Volume 2: demografias e atividades econômicas principais: estudos de base. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76777>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GALIZONI, F. M.: (2005). *Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

GESTA (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, UFMG (Universidade federal de Minas Gerais); NIISA (Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro da UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri); LIQUIT (Indigenous, Quilombola and Traditional Communities and the construction of the Lithium Valley; in Minas Gerais, Brazil: Empowering silenced voices in the energy transition, LSBU (London South Bank University). (2025). Nota técnica sobre os Estudos Ambientais para a ampliação do projeto Grota do Cirilo - Pegmatito Xuxa, Sigma Lithium S.A. Belo Horizonte: UFMG.

GUDYNAS, Eduardo. 2009. "Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo".

*Extractivismo, política y sociedad* 187. Disponível em:

<<http://www.rosalux.org.ec/pdfs/extractivismo.pdf#page=187>>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

GUHA, R. y MARTÍNEZ-ALIER, J., *Varieties of environmentalism. Essays North and South*, Earthscan, London, 1997. *Political Ecology, the Environmentalism of the Poor, and the Global Movement for Environmental Justice*», *Kurswechsel* (Vienna), Heft 3, pp. 27-40, 1999.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e Equidade Ambiental: As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: Zhouri, A. (Org.). *As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, Sujeitos e Licenciamento Ambiental*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, pp. 21-60.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Desenvolvimento, água e mudança social: experiências no Vale do Jequitinhonha. In: Souza, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

LASCHEFSKI, Klemens. Clima e água – sede e afogamento: a revitalização predatória do complexo siderúrgico-energético-minerário no contexto das políticas de descarbonização em Minas Gerais. Gazzinelli, J.; Mota, M.S.; Sarmet, G. (Org) (2025). Mineração, água e território - Conflitos Sociais e Injustiças Ambientais. Belo Horizonte: Fino Traço.

LASCHEFSKI, Klemens. O comércio do carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade das políticas públicas. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; BARROS, DORALICE, P. (orgs.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 245-285.

LE GOFF, Jacques. Progresso/Reação. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. p. 233-281.

Le VEN, Michel Marie; FARIA, Érika; MOTTA, Miriam H. de S. “História oral de vida: o instante da entrevista”. SIMSON, Olga R. de Moraes Von (Org.). Os desafios contemporâneos da história oral. Campinas: Unicamp, 1997.

LIMA, W. de P. Indicadores hidrológicos de manejo sustentável de plantações de eucalipto. Conferência IUFRO sobre Silvicultura e Melhoramento de Eucaliptos. Anais. EMBRAPA, 1997. p. 14.

LIQUIT - Local, Indigenous, Quilombola and Traditional Communities and the construction of the 'Lithium Valley' in Minas Gerais; GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais; NIISA - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros; Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri - UFVJM. Nota Técnica sobre os estudos de impactos ambientais da expansão do Projeto Anitta - Atlas Lítio Brasil, Belo Horizonte, 2025.

LUCIANO, Conceição Aparecida; PEREIRA, Viviane Guimarães. Jequitinhonha em movimento. In: Souza, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. In: Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. Ed. UFRGS. p. 129 a 156.

MALTEZ, Marcos Antônio Pereira da Fonseca *et al.* Impactos ambientais e sociais causados pelas monoculturas de eucaliptos no Alto Jequitinhonha. 2016.

MARTINS, Tadeu. Geraes: uma história do Jequitinhonha. In: Vale do Jequitinhonha: Cultura e Desenvolvimento. Maria das Dores Pimentel Nogueira [org.]. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Deliberação Normativa COPAM nº 225, de 25 de julho de 2018. Diário do Executivo, Belo Horizonte, 01 out. 2018. Disponível em: <<https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=46218>>. Acesso em: 05 mai. 2025.

Mineração de lítio adoece comunidades do Vale do Jequitinhonha. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2024/11/mineracao-de-litio-adoece-comunidades-do-vale-do-jequitinhonha/>>. Acesso em: 8 Nov 2024.

ZUBA, Fernando; ANDRADE, Jô. Ministério Público Federal vai recorrer da absolvição da Samarco por rompimento de barragem em Mariana. G1 Minas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/11/14/ministerio-publico-federal-vai-recorrer-da-absolvicao-da-samarco-por-rompimento-de-barragem-em-mariana.ghtml>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MOURA, Margarida Maria. Os deserdados da terra. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

NOGUEIRA, M. D. P. Políticas de extensão universitária brasileiras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Letícia Honorato de; SULZBACHER, Aline Weber. Mineração e conflitos territoriais no semiárido mineiro: uma análise dos processos minerários. VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos e Geógrafas. Julho de 2024, São Paulo.

OLIVEIRA, P. A. D. de.; OLIVEIRA, M. W. de. (2021). Um canto para ser mais: música e resistência no Vale do Jequitinhonha. *Reflexão E Ação*, 29(2), 115-130. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/rea.v29i2.16082>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Dublin sobre Água e Desenvolvimento Sustentável. 1992.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2021). As Minas e os Gerais: Breve Ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. *Revista Verde Grande: Geografia E Interdisciplinaridade*, 3(02), 03–25.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. Jequitinhonha. In: RIBEIRO, E. M. (Org.). Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

RIBEIRO, Giovanna. Projeto “Mídias Quilombolas” realizou oficina de fanzine no Vale do Jequitinhonha em agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/2022/10/11/projeto-midias-quilombolas-realiza-oficina-de-fanzine-no-vale-do-jequitinhonha-em-agosto-de-2022/>>. Acesso em 20 fev. 2025.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco. Arte de vida no Vale: a prontidão dos homens lentos. In: Vale do Jequitinhonha: Cultura e Desenvolvimento. Maria das Dores Pimentel Nogueira [org.]. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012.

SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. As mudanças de rumo na trajetória do Festival ao longo do período 1985-2006. In: Vale do Jequitinhonha: Cultura e Desenvolvimento. Maria das Dores Pimentel Nogueira [org.]. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012.

SANTOS, Chico. Hidrogênio verde vai exigir mais hidrelétricas. Editora Brasil Energia, 10 nov. 2023. Disponível em: <[https://www.editorabrasilenergia.com/energia/hidrica/hidrogenio-verde-vai-exigir-mais-hidreletricas?utm\\_source](https://www.editorabrasilenergia.com/energia/hidrica/hidrogenio-verde-vai-exigir-mais-hidreletricas?utm_source)>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SANTOS, Decanor Nunes. Vozes das lideranças. In: Souza, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

SERVILHA, Matheus. Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região. In: Vale do Jequitinhonha: Cultura e Desenvolvimento. Maria das Dores Pimentel Nogueira [org.]. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012.

SIGMA LITHIUM. About us. 2023. Disponível em: <<https://sigmalithiumcorp.com/about-us/>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SILVA, Emília Pereira Fernandes da *et al.* Metamorfose da chapada: monocultura de eucalipto e tomadas de terras e águas no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/60083>>. Acesso em: 8 maio 2025.

SOARES, Boaventura. Vozes das lideranças. In: Souza, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

SOARES, GERALDA CHAVES. Assistência técnica e extensão rural em novos territórios indígenas nos vales. 2008.

SOARES, GERALDA CHAVES. Os Borun do Watu: os índios do Rio Doce. Contagem: CEDEFES, 1991.

SOUZA, João Valdir Alves de; Henriques, Márcio Simeone (orgs.). Mineração e Pecuária na Definição do Quadro Sociocultural do Termo de Minas Novas. In: Vale do Jequitinhonha:

Formação Histórica, Populações e Movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SVAMPA, Maristela. (2013). O desenvolvimento e seus limites: Territórios, mercados e governos. São Paulo: Boitempo Editorial.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América. *Nueva Sociedad*; 244; 4-2013; 30-46. Latina Fundación Friedrich Ebert, 2013.

UMWELTZERSTÖRUNG beim Abbau - Greenwashing in Brasilien. (À beira do abismo – a batalha por matérias-primas: a mineração de lítio no Brasil). Direção de Daniel Harrich. Produção: Munique: DiWa Film. Emissora ARD/SWR (Alemanhã), estreia 06 mar. 2024. Versão com subtítulos em português: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZzvYhXmQTSk>>. Acesso em: 20 out. 2024.

VAINER, C. B. Conceito de "atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: Ed. UFMG, 2013. p. 45–68. (Número de páginas fictício para padronização; substitua se necessário).

VEIGA, José Eli da. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana; NABUCO, Regina (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993. p. 149-169.

VILLALBA, Kelvin Sojo; Gonçalves, Mário Jorge de Souza. Avaliação na foz de bacias hidrográficas com barragens: o risco da ocupação de regiões costeiras, em função dos efeitos antrópicos. *Anais do Congresso Brasileiro de Geologia*, v. 9, 2024. Disponível em: <[https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1738384208\\_ARQUIVO\\_c7e7093ac5d23766a3640194834160f5.pdf](https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1738384208_ARQUIVO_c7e7093ac5d23766a3640194834160f5.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2025.

WSP Consultoria e Projetos do Brasil Ltda. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Expansão do Projeto Anitta, 2024.

ZUCARELLI, Marcos. Estratégias de viabilização política da usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento. 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.